

**Ata n.º 18**  
**da Assembleia Representativa da**  
**Ordem dos Contabilistas Certificados**

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Representativa, doravante AR, da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante OCC, no auditório da representação do Porto da OCC, sito no Largo 1.º de dezembro, n.º 11, tendo a sessão funcionado em formato misto (presencial e videoconferência), com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Antes da Ordem do Dia:** Tempo previsto 100'

1. Tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa; 5'
2. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia; 10'
3. Informação sobre a presença da Sr.ª Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho de Supervisão, Conselho Jurisdicional, Conselho Fiscal e de elementos do apoio jurídico; 5'
4. Informações e pedidos de esclarecimento. 80'

**Ordem do Dia:** Tempo previsto: 140'

1. Aprovação da ata da reunião de 15/03/2024; 5'
2. Aprovação da ata da reunião de 03/07/2024; 5'
3. Discussão e votação da Proposta de Remuneração do Conselho de Supervisão; 15'
4. Dar nota à AR do Relatório Anual sobre as Remunerações dos membros do Conselho de Supervisão; 5'
5. Dar nota à AR do Relatório Anual sobre as Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais; 5'
6. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2025; 90'
7. Leitura e votação da minuta da ata. 15'

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar a Sr.ª Bastonária, os elementos do Conselho Diretivo, do Conselho de Supervisão, do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal e os demais colegas e, desde logo, informou que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo para efeitos de elaboração da ata, ficando, posteriormente disponível no micro sitio da AR. Prosseguiu pedindo aos Srs. Representantes que, quando no uso da palavra, iniciassem as suas intervenções com informação do seu nome e o número de CC. Mais acrescentou que, aquela AR decorria,

como habitualmente, em sistema presencial e telemático. Lembrou que, conforme previsto no n.º 4, do artigo 8.º do Regimento da AR, as reuniões deste órgão realizam-se preferencialmente ao sábado, alternadamente nas instalações da OCC em Lisboa e na Representação da OCC no Porto. Excepcionalmente, como já havia acontecido, aquela Assembleia estava a realizar-se numa sexta-feira. Continuando deu nota de que, todos os Srs. Representantes foram contactados, inicialmente por correio eletrónico, para os emails institucionais e, posteriormente, por telefone, por forma a confirmarem a sua forma de participação. Informou também que, à semelhança das últimas AR, as votações de todos os assuntos da ordem do dia, seriam realizadas logo após a apresentação e discussão de cada ponto. Comunicou ainda que, para os Srs. Representantes que estavam a participar telematicamente, estava a utilizar-se a plataforma de som e imagem “Zoom” e que, para qualquer dúvida ou questão sobre o acesso ou utilização daquela plataforma, deveria ser contactado o Sr. Luís Patuleia, através do telemóvel 960237444, ou pelo email *luis.patuleia@occ.pt*. O Sr. Presidente da MAR solicitou ainda aos Srs. Representantes que participavam via telemática, que deveriam manter as câmaras ligadas e ligarem os microfones apenas quando pretendessem usar da palavra para se dirigirem a Assembleia. Mais alertou para a importância de cada um dos Srs. Representantes indicarem na plataforma “ZOOM” o seu nome e número de cédula profissional e que, para estes, as votações seriam realizadas através de um formulário que seria disponibilizado, por email, no final da discussão de cada ponto da ordem do dia e ainda que, no caso de representações, aquele formulário deveria ser preenchido duas vezes, uma em nome próprio e outro em nome da representação, permitindo assim a votação do próprio e do representado. Previu também que, caso alguns dos Srs. Representantes a participar telematicamente pretendesse apresentar à MAR algum requerimento ou alguma declaração de voto, deveria fazê-lo remetendo o respetivo documento para *secretaria.mesa.rm@occ.pt*, e que, só poderiam ser considerados os documentos com origem do email oficial do representante, ou seja, com o domínio *@occ.pt*. A seguir lembrou, para os Srs. Representantes que participavam presencialmente, que, a credenciação ficou disponível a partir das oito horas e quinze minutos, sendo a identificação realizada através da cédula profissional ou do cartão de cidadão. Concluindo a sua introdução da sessão, o Sr. Presidente apelou à cordialidade e capacidade de síntese dos intervenientes. -----

Seguidamente o Sr. Presidenta da MAR informou que, naquele momento, se encontravam presentes, em sala e a participar à distância, todos os oitenta e quatro Srs. Representantes, o que significava, mais uma vez, um pleno de membros daquela AR. -----

Mais acrescentou que, a Assembleia tinha sido convocada nos termos conjugados do disposto nos artigos 43.º e 44.º do Estatuto da OCC, do artigo 8.º do Regimento da AR e

do artigo 24.º-A do CPA, tendo a convocatória, com a ordem de trabalhos e documentos de suporte, sido endereçada a todos os Srs. Representantes no dia 28 de novembro de 2024 e ficado também, no mesmo dia, disponível no site da OCC. -----

Relativamente ao controlo de presenças, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, o mesmo tinha sido realizado nos termos do n.º 4, do artigo 6.º do Regimento da AR e que, se considera falta do Sr. Representante o atraso não justificado por mais de trinta minutos após o início dos trabalhos, bem como, caso os Srs. Representantes se ausentassem da sala, deveriam informar a credenciação, não devendo fazê-lo durante os períodos de votação. Os Srs. Representantes que participavam por meios telemáticos deveriam comunicar a ausência através do *chat* da plataforma, e lembrou ainda que, a ausência da sessão por tempo superior a trinta minutos seria considerada falta, conforme prevê o n.º 3 do artigo 17.º do Regimento da AR, o que, neste caso, também impossibilitaria o Sr. Representante de participar no resto da reunião. -----

Feitas estas considerações iniciais e entrando no **ponto 1 (um) de antes da ordem do dia, Tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa**, o Sr. Presidente da MAR informou que, iriam tomar posse dois Srs. Representantes: a Sr.ª Representante Maria Deolinda Rufino Viana Correia, CC 74023, eleita pelo círculo de Viana do Castelo, que ainda não tinha tomado posse e, por demissão do Sr. Representante Leonel Mendes Francisco, CC 43686, iria tomar posse o Sr. Representante Nuno Miguel Domingues Valente, CC 91120, ambos eleitos pelo Círculo Eleitoral de Leiria. Chamados ao púlpito e após a leitura da declaração de compromisso com o seguinte teor: “*Eu, abaixo assinado, declaro solenemente aceitar o cargo para que fui eleito e respeitar e cumprir o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados*”, os Srs. Representante procederam à assinatura da ata de tomada de posse. -----

O Sr. Presidente da MAR deu as boas-vindas aos novos Srs. Representantes e passou, de imediato, ao **ponto 2 (dois) de antes da ordem do dia, Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia**, informando que, naquele momento, estavam a participar na AR, em sala e à distância, incluindo os representados, todos os oitenta e quatro (84) Srs. Representantes. -----

Informou também que, para os efeitos referidos no n.º 5 do artigo 17.º, do Regimento da AR, na última Assembleia, realizada no dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, estiveram presentes, ou representados, todos os Srs. Representantes, não havendo faltas a registar. Acerca deste ponto o Sr. Presidente esclareceu que, na AR de três de julho de dois mil e vinte e quatro, estiveram presentes todos os oitenta e três (83) Sr.

Representantes que, até aquela data, haviam tomado posse. A Sr.<sup>a</sup>. Representante Maria Deolinda Rufino Viana Correia, CC 74023, eleita pelo círculo de Viana do Castelo, não participou naquela AR, uma vez que a sua tomada de posse só ocorreu na AR que estava a decorrer.-----

No que diz respeito ao **ponto 3** (três) de **antes da ordem do dia**, *Informação sobre a presença da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho de Supervisão, Conselho Jurisdicional, Conselho Fiscal, Provedor dos destinatários dos serviços e de elementos do apoio jurídico*, o Sr. Presidente da MAR lembrou que, o n.º 1, do artigo 13.º do Regimento prevê que a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os membros do Conselho Diretivo, os membros do Conselho Fiscal e os membros do Conselho Jurisdicional podem participar facultativamente nas reuniões da AR e obrigatoriamente nas reuniões de aprovação do Relatório e Contas e do Plano de Atividades e Orçamento, doravante PAO. Assim, o Sr. Presidente da MAR informou que se encontravam presentes a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e o seu assessor jurídico, Dr. Amândio Silva, outros membros do Conselho Diretivo, membros do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal. Mais informou, nos termos do n.º 5, do artigo 4.º do Regimento da AR, que a MAR estava a ser coadjuvada por um assessor jurídico e por um elemento do *staff* administrativo da OCC afeto à realização da AR, este a fim de apoiar principalmente na plataforma Zoom, tendo ainda esclarecido que, em cumprimento do disposto no artigo 14.º do Regimento, a reunião era aberta a todos os membros da Ordem.-----

Avançou o Sr. Presidente da MAR para o **ponto 4** (quatro) de **antes da ordem do dia**, *Informações e pedidos de esclarecimento*, e abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra, solicitarem informações ou esclarecimentos, não sem antes, o Sr. Presidente relembrar o desafio feito aos Srs. Representantes em AR anteriores para que houvesse uma participação diferente neste período de antes da ordem do dia, dando-se a palavra aos Srs. Representantes de cada Círculo, para estes ali aportarem a sua atividade junto dos membros, os problemas e opiniões daqueles ali representados, porque, estando presentes nestas Assembleias a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e demais membros do Conselho Diretivo, ainda mais importante lhe parecia transmitir neste espaço e momento, aquilo que cada um sente e ouve nos seus distritos relativamente aos Contabilistas Certificados que representam. Assim, sugeriu dar o uso da palavra a um Sr. Representante de cada Círculo Eleitoral. Feitas estas considerações, e não se registando oposição, o Sr. Presidente, informou que iria chamar os Srs. Representantes, para o uso da palavra, por ordem alfabética dos respetivos círculos.-----

De imediato questionou se algum dos Srs. Representantes do Círculo Eleitoral dos Açores queira usar da palavra. Pediu a palavra a Sr.<sup>a</sup> Representante Isabel Maria Borges Freitas, CC 4961. -----

Após cumprimentar todos os presentes, a Sr.<sup>a</sup> Representante referiu-se aos insultos e maledicência a que se assiste nas redes sociais, numa luta desigual, onde a principal visada tem sido a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, num ‘vale tudo’ onde também os membros da AR são visados e acrescentou, citamos, *“Não, não estou aqui, e penso que todos os colegas, para dizer que sim e concordar com tudo. Nós acreditamos no projeto da Sr.<sup>a</sup> Bastonária e da sua equipa. Temos que começar a defender a Sr.<sup>a</sup> Bastonária.”*. Terminou dirigindo-se à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, afirmando que, citamos, *“os Açores e os CC açorianos são o seu refúgio e garantia de lealdade, à sua pessoa e ao seu projeto. Conte connosco sempre, sempre.”*.

O Sr. Presidente da MAR agradeceu e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante João Luís Morcela Rodrigues dos Reis, CC 33583, do Círculo Eleitoral de Aveiro.-----

Após cumprimentar todos os colegas na pessoa do Sr. Presidente da MAR, o Sr. Representante afirmou que, era precisamente em resposta ao repto do Sr. Presidente da MAR que iria ali, perante todos, partilhar uma reflexão. Continuou referindo o que, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária havia dito muito recentemente, citamos, *“o contabilista escreve todos os dias a história das empresas”* e, também, que *“o Contabilista Certificado exerce a profissão mais importante da área das ciências económicas”*, porque era o Contabilista Certificado que *“escrevia a história das empresas, enquanto os outros profissionais das ciências económicas trabalhavam a partir dessa história.”*. Acrescentou que foram exatamente aquelas frases e aquela forma de nos trazer clareza sobre o que fazemos e o que somos, que o levou à reflexão que vinha partilhar com os colegas. Assim, continuou, citamos, *“Em 1981, comecei a trabalhar em contabilidade, no escritório do meu pai, e desde então abracei esta profissão, que considero tão nobre. Muitos anos passaram e agora percebo que, de facto, me tornei nesse profissional que escreve a história das empresas. A minha reflexão vai neste sentido: quem grangeia mais reconhecimento ou notoriedade? Quem escreve a história, ou quem conta a história? O escritor? Ou o contador? Se é certo que, primeiro, alguém tem que escrever a história que outro alguém vai contar, também é certo que quem conta a história acaba por encerrar em si um valor de maior visibilidade. Muitas vezes, quando ouvimos uma boa história, não fazemos ideia de quem a escreveu, mas raramente esquecemos quem a contou. Então, faria sentido desenvolver em mim, para além das capacidades de escrever a história das empresas, também a capacidade de contar a história que escrevo das empresas? Seria este o novo posicionamento da profissão? Uma elevação do contributo do Contabilista Certificado junto das empresas*

*e junto dos empresários? Contar a história? Acrescentaria essa faculdade desenvolvida em cada um de nós, um valor maior e mais expressivo para a nossa profissão? É esta a reflexão que partilho com os colegas que, na verdade, mais é uma sucessão de questões, onde as certezas não existem, mas abonam as dúvidas. Mas quantas vezes não são as questões que nos permitem tocar o futuro, transformando possibilidades em realidades? Quantas vezes? Se assim fosse, se pudéssemos elevar a condição de notoriedade profissional, ao subir um degrau nesse que é o propósito das oportunidades função dos contabilistas – contar a história que escrevemos das empresas – então, como Contabilista Certificado, eu deveria estar a desenvolver a habilidade de um contador de histórias. Então, como formador, eu deveria estar a construir novas ferramentas, mentais e processuais, para esse posicionamento. Então, como representante desta Assembleia, talvez eu devesse estar aqui a promover esta reflexão. Sr.ª Bastonária, obrigado por nos desafiar a olhar o futuro”.* -----

Terminada a intervenção do Sr. Representante João Luís Morcela Rodrigues dos Reis, o Sr. Presidente deu a palavra à Sr.ª Representante Maria Ana Mourão Sargento, CC 26301, do Círculo Eleitoral de Beja. -----

A Sr.ª Representante após saudar os colegas, iniciou a sua intervenção afirmando que, vinha apenas falar da realidade do seu distrito, um distrito que fica no, muito esquecido, fundo do país, mas que, citamos, “*a Sr.ª Bastonária, quando foi entregar as medalhas, tentou a proximidade entre os contabilistas. E isso foi muito importante.*”. Mais acrescentou que, a partir daí, começou-se a desenvolver um grupo que estava em crescimento e que iria trabalhar, juntamente com o colega Luís, para que funcione. A seguir referiu-se às principais dificuldades constatadas junto dos colegas sendo estas relacionadas com a funcionalidade do TOConline. Terminou a sua intervenção destacando a importância de, citamos, “*trazermos formadores em áreas específicas, como a ACT, Ministério do Trabalho, SEF e outras áreas.*”. -----

De imediato o Sr. Presidente da MAR deu a palavra ao Sr. Representante Manuel Cruz Gonçalves, CC 29982, do Círculo Eleitoral de Braga.-----

O Sr. Representante iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente e demais membros da MAR, a Sr.ª Bastonária e, na sua pessoa, todos os membros dos órgãos sociais presentes e, também, os colegas presentes. Continuou a sua intervenção afirmando que, citamos, “*Alinhados com o princípio orientador desta Assembleia, a AR de Braga fez uma reunião prévia, para daqui resultar uma intervenção conjunta dos principais temas que pretendemos registar. Desde logo, pretendemos deixar um testemunho de um sentimento, que nos persegue desde que fomos eleitos, e que se prende com a missão de nós próprios, representantes da AR.*”. Mais acrescentou que, dessa forma os

Representantes do Círculo de Braga, pretendem trazer às AR as sugestões dos seus representados em vez de mensagens pessoais como tem acontecido, (citamos) *“nós atuamos como autorrepresentantes, e não para o cargo que fomos investidos”*. Continuou lembrando que é importante alterar procedimentos, não contactarem os colegas do distrito apenas no período prévio às eleições e assim, citamos *“e é esse procedimento que, na nossa opinião, devemos alterar, por sabermos que muitos deles têm experiências e ideias úteis para a instituição.”*. A seguir afirmou que, nos mandatos da Dra. Paula Franco, foi inequívoco o aproximar dos membros à Ordem colocando a proteção dos membros na vanguarda das decisões. Referiu a introdução do CCCLIX e a relação do conforto formativo destas em detrimento da formação presencial, nomeadamente as reuniões livres, cuja faixa etária dos membros que as frequentam é bem mais elevada que a média dos CCs inscritos, assim, citamos, *“numa tentativa de alterar esta tendência, e aliciar a presença física dos membros nas reuniões livres, vínhamos sugerir que o Conselho Diretivo exercesse este mandato em modo de presidência aberta, introduzindo no seu calendário uma visita anual anunciada a cada cidade onde se realizam as reuniões livres”*. Sugeriu também a alteração do formato das reuniões livres com a introdução de novas temáticas específicas e diversificadas e, como exemplo, a presença de um formador para a legislação laboral e da Segurança Social e ainda, citamos, *“o caso do litígio entre colegas que vão terminar no Conselho Jurisdicional. (...) este órgão, face à experiência acumulada, poderia pontualmente servir de conselheiro na prevenção destes litígios, estando presente em algumas reuniões livres.”*. Propôs também que fosse fomentado o acesso dos alunos finalistas das instituições de ensino, no caso da área da contabilidade e ainda que, nas reuniões livres e no período para a divulgação das informações institucionais, fossem divulgadas apenas as recentes, e não repetir todas as que foram divulgadas por outros canais. Relativamente às formações eventuais e outras presenciais, disse ter testemunhado descontentamento de alguns dos formandos, pelo facto de, por vezes, serem utilizados temas académicos, fora do âmbito do manual e de reduzida utilidade prática. Terminou a sua intervenção, referindo-se ainda à formação, afirmando, citamos, *“(...) o alerta que pretendemos aqui registar é (...) para que esses contributos promovam a qualidade e consolidem a confiança dos membros na formação ministrada pela Ordem.”*. -----

De imediato o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Gonçalves Rodrigues, CC 48362, do Círculo Eleitoral de Bragança.-----

Após cumprimentar o Sr. Presidente e demais membros da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e, na sua pessoa, todos os elementos dos órgãos sociais e, também, os colaboradores da OCC que contribuíram para a realização daquela AR, a Sr.<sup>a</sup> Representante iniciou a sua intervenção recordando que Bragança é a capital de distrito mais distante de Lisboa, no

entanto, os 540 quilómetros que separam aquela cidade da capital não foram obstáculo para que, nos últimos anos, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e os elementos do Conselho Diretivo, bem como muitos colaboradores da OCC, por motivos vários, viajassem diversas vezes até Bragança, especialmente aquando de eventos da OCC ali realizados. E continuou afirmando que, citamos, *“Não vamos agora e aqui fazer uma resenha histórica da evolução e conquistas da profissão. Todos as sabemos, todos as conhecemos, e estamos gratos por isso. É tempo de olharmos para o futuro e, para tal, importa consolidar o que de bom foi feito, melhorar o que possa ser melhorado e acrescentar algo mais.”*. A seguir, e referindo-se ao ‘algo mais’, disse encontrar já no plano de atividades para 2025 ótimas e tempestivas iniciativas, esperando também que os profissionais da contabilidade sejam capazes de converter em oportunidades as ameaças que o futuro próximo lhes promete. Do seu distrito, e recordando o passado recente, destacou a abertura da representação da OCC em Bragança. A seguir referiu-se às atividades dos Representantes daquele círculo eleitoral, afirmando terem contactado com regularidade os colegas, apercebendo-se das suas dificuldades e escutando as suas opiniões, procurando ser, citamos, *“o elo de ligação e fazer a ponte entre eles e a nossa Ordem.”*. Daquela vivência com os colegas afirmou que têm constatado muitas situações de concorrência desleal, desrespeito pelo dever de lealdade entre colegas, refletindo-se depois, principalmente, em avenças baixas, pouco dignificantes, desvalorizando-se a profissão e prejudicando-se a imagem de toda a classe. Referiu-se a seguir ao TOConline e disse terem-lhes chegado alguns pedidos de melhorias especialmente dos módulos de gestão de ativos e de salários. Ainda do TOConline, deixou uma sugestão, quiçá, um pedido, citamos, *“não seria justo que o CC que utiliza a gestão administrativa tivesse a sua licença de faturação gratuita? Seria um miminho pela disponibilidade do CC junto dos seus clientes, em promover, instalar e mesmo dar apoio ao longo do tempo na utilização do programa. Deixamos a sugestão.”*. Terminou a sua intervenção deixando, a todos, uma mensagem de boas festas. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Rodrigues e deu a palavra ao Sr. Representante António Mendes Pinto, CC 1918, do Círculo Eleitoral de Castelo Branco. -----

O Sr. Representante António Pinto iniciou a sua intervenção cumprimentando os membros da MAR na pessoa do Sr. Presidente, o Conselho Diretivo na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os restantes órgãos e colegas presentes. Continuando, informou que foram feitos contatos com alguns colegas do seu distrito, principalmente no âmbito das reuniões livres, tendo sido recolhidos alguns contributos e propostas que, citamos, *“poderíamos e deveríamos solicitar a colaboração no sentido da sua implementação”* e destas elencou: a melhoria das instalações da representação da OCC em Castelo Branco, no sentido de ser possível ali lecionar, com as condições adequadas, atividades de formação, formações

mais específicas, mas temáticas, mais técnicas; Referiu-se a seguir às quartas-feiras livres, cujo número de participantes tem vindo a diminuir, relativamente às quais, no seu entender, se devem tomar um conjunto de medidas que permitam fomentar a participação dos mais novos, nomeadamente os recém inscritos na OCC; Ainda no âmbito da formação, considerou importante serem lecionadas algumas formações, em pequenos módulos, relacionados com temas muito técnicos e muito específicos, deixando como exemplo, impostos diferidos, imparidades, fusões, o MEP e consolidação e contas, no sentido de motivar os colegas e os sensibilizar para estas matérias da contabilidade, e porquê?, citamos, *“Porque muitos dos recém-inscritos na Ordem, nomeadamente aqueles que no presente ano concluíram as licenciaturas, e eu tenho essa experiência, pensamos que não têm aquela formação, de facto, forte e segura nessas matérias.”*. Sugeriu que a OCC poderia colaborar nessa formação, porque, ao fazê-lo, estará a dotar os profissionais de melhores capacidades técnicas e mais, que, as reuniões livres seriam uma boa oportunidade para se inserirem alguns desses módulos. Lembrou ainda a contabilidade digital, uma área que seria importante desenvolver, citamos, *“até para que se crie também maior motivação, junto desses colegas.”*. Ainda no âmbito da formação e reuniões livres, reiterou a importância da formação de conteúdos mais técnicos e específicos, no sentido de dar mais valor aos serviços que se prestam aos clientes, referindo, em particular, citamos, *“na área financeira, na área dos incentivos comunitários, na área do acompanhamento de candidaturas. É um bom argumento para que as avenças possam ser mais significativas e mais atrativas. Eu penso que só se conseguirá, de facto, ter boas avenças, justas, quando dermos mais valor acrescentado ao serviço que prestamos (...) até porque muitos dos pedidos de pagamento têm que ser certificados por um Contabilista Certificado.”*. Concluiu a sua intervenção afirmando, citamos, *“E, portanto, no fundo, enfim, termos aqui uma maior amplitude do serviço que prestamos, uma maior qualidade e, naturalmente, melhores relações com os nossos clientes. Basicamente, é isto que eu tinha para dizer. Muito obrigado e um bom Natal a todos.”*-----

De imediato o Sr. Presidente da MAR, não sem antes agradecer a participação do Sr. Representante António Pinto, deu a palavra ao Sr. Representante Sílvio Carvalho Vilão, CC 3063, do Círculo Eleitoral de Coimbra.-----

Após cumprimentar o Sr. Presidente e restantes membros da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e todo o Conselho Diretivo e os restantes órgãos, o Sr. Representante disse que, nas visitas que têm sido feitas aos colegas que, por vários meios têm contactado, incluindo os locais onde se fazem as reuniões livres, ouvindo as suas opiniões, têm deixado o repto para que lhes façam chegar propostas e, essencialmente, as suas preocupações. Em resultado, escutaram as preocupações que, no seu entender, são as comuns a todos, citamos, *“que... problemas? todos de Finanças, Segurança Social...”*, dando de seguida relevo ao pedido

de um colega, uma preocupação, relativamente à inteligência artificial, que o Sr. Representante leu e aqui reproduzimos: *“É importante que a Ordem fizesse uma análise do impacto que a inteligência artificial está a ter na nossa profissão. Propomos que se foque na definição da estratégia para os contabilistas enfrentarem os desafios da IA, e adaptem-se às mudanças, e se reinventarem para continuarmos a ser essenciais e relevantes no mercado. É fundamental debater como podemos evoluir, para evitar a obsolescência e, ao mesmo tempo, reforçar o prestígio da nossa profissão, junto das empresas e da sociedade. Este é o momento de olharmos para o futuro e preparar a classe para os novos tempos.”*. Concluiu a sua intervenção prometendo que continuariam atentos e abertos e sempre disponíveis a ouvir os colegas do seu distrito e, citamos, *“futuramente, com certeza, teremos outras oportunidades de aqui também transmitir aquilo que seja o pensamento dos colegas do distrito de Coimbra.”*.-----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Sílvio Vilão e deu a palavra ao Sr. Representante António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do Círculo Eleitoral de Évora. -----

Após cumprimentar o Sr. Presidente da Mar, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e os demais membros dos órgãos sociais, disse trazer, citamos, *“uma preocupação, duas notas e um desafio”*. Quanto à preocupação, disse, comum a todos: as questões da Segurança Social, matéria em relação à qual, na revisão dos estatutos, não existe nada específico, sendo que, todos os CC tratam deste assunto e, acrescentou, *“Mas não há nada concreto. E isso é um limbo, não é? É como as questões do trabalho, não é? Isto é que não é nosso. A gente trata, mas não é nosso, não é? Portanto, a preocupação que nós trazemos de Évora é este ponto específico da Segurança Social.”*.-----

Continuando, disse que, relativamente à primeira nota, em março, havia sido crítico da questão dos exames, mas verifica que a situação mudou, e muito bem, e por isso queria deixar uma ênfase para o que se passou nos últimos exames, onde estiveram mais de 5.000 candidatos, acrescentando, *“a vontade de vir para a profissão, de facto, existe, mas tinha algumas barreiras, que foram agora mandadas abaixo. Por isso, uma ênfase e um parabéns ao Conselho Diretivo por esta nota.”*.-----

A segunda nota que o Sr. Representante disse que gostava de deixar, era sobre a formação obrigatória, um assunto que divide. E, continuando, afirmou, *“A formação como um todo une, mas verifica que formação obrigatória divide. Contudo, eu acho que a questão da formação obrigatória é aquilo que nos pode distinguir. Por isso, nós não só devemos ter formação obrigatória, como esta questão de nós termos formação obrigatória, deve ser difundida em todos os fóruns onde nós estamos, junto das empresas, das associações empresariais, das universidades. Por isso, formação obrigatória, sem dúvida, embora o assunto divida.”*. Acrescentou ainda dois pontos sobre formação obrigatória, citamos,

*“1. ética. É isso que nos distingue; 2. deontologia. Esse é o nosso caminho.”* -----  
Por último, o Sr. Representante deixou o desafio que, no início da sua intervenção havia prometido. Lembrou o que a Sr.<sup>a</sup> Bastonária tem dito, várias vezes, que quer a profissão de contabilista como a mais importante das áreas financeiras, propósito com que concordava, mas alertou que o caminho para lá chegar estava ainda longe de estar definido e, sobre isso, ia deixar ali uma proposta, citamos, *“Eu estive há cerca de um mês e meio no congresso do IVA na Universidade Católica e juntei ali duas ideias. Por um lado, esta ideia da nossa Bastonária de ‘OK, nós temos que ser a profissão mais importante da área financeira’. Contudo, nós não temos doutrina. E vou dar um exemplo. Quando nós temos um problema à nossa frente e vamos consultar o livro, quem é que escreveu esse livro? Geralmente, advogados. Portanto, nós não temos doutrina. E o desafio que eu deixo aqui é o seguinte: todos os anos, a Ordem devia publicar um livro sobre fiscalidade e sobre contabilidade. Nós temos mais de 20 normas de contabilidade, mas nós, que somos contabilistas, escrevemos pouco sobre essa matéria. Por isso, o desafio que eu deixo aqui, para o Conselho Diretivo e para a Bastonária, é todos os anos nós termos uma coleção, e o desafio que deixo a todos vós e a cada um de nós, se cada um de nós escrever um texto de 10 páginas, nós todos os anos lançamos um livro de 500 páginas. E mais, esse livro deve ser a base para a academia. Nós temos aqui académicos, mas se os académicos não mostrarem o trabalho que é feito pelos contabilistas, nós nunca seremos a profissão de referência. A profissão de referência vem da doutrina.”*. Terminou com votos de Feliz Natal.-----

O Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante António Nabo e deu a palavra ao Sr. Representante José Alberto de Brito Pereira, CC 30768, do Círculo Eleitoral de Faro.

Após cumprimentar o Sr. Presidente e todos os elementos da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e todos os elementos do Conselho Diretivo, os restantes órgãos e os colegas presentes, o Sr. Representante iniciou a sua intervenção deixando uma nota de apreço à Sr.<sup>a</sup> Bastonária e a todos os órgãos, aos quais desejou um excelente mandato. Continuando disse que, os Srs. Representante do seu distrito também pediram a colaboração dos colegas para deixarem opiniões e sugestões sobre o plano de atividades, tendo recebido duas sugestões com várias páginas, sobre as quais queria deixar ali algumas notas. Acrescentou que, uma dessas sugestões chegou-lhes de um colega, o Hassan. Tratava-se de um jovem que já escreveu para a revista da Ordem, um colega sempre disponível para colaborar que vem pedir um reforço de legislação do contabilista público independente, porque, segundo esse colega, a área do contabilista público necessita de mais legislação e de mais apoio para se desenvolver, precisa de manuais tal como para os contabilistas do privado. Lembra também esse colega que, nas reuniões livres, o SNC-AP é pouco tratado. No plano de atividades encontramos o SNC-AP como uma das prioridades para este Conselho

Diretivo e para o novo mandato e assim, acrescentou o Sr. Representante, informou o colega dessa situação. Continuando ainda sobre este assunto, o Sr. representante, disse que aquele mesmo colega deixou ainda algumas notas em relação ao CCCLIX que, citamos, *“deveria poder consultar por formadores, consultar também por palavras, sem ser palavras exatas, porque quando não se põe o acento, ou outra coisa qualquer, já não aparece a palavra, portanto, uma consulta tipo como o Google se faz, e que chegasse mais diretamente às situações.”*. -----

Relativamente às outras sugestões que, também por escrito, lhes haviam chegado, estas de uma colega de Portimão que, sobre as formações da OCC, propõe que os formadores oriundos da região deveriam estar mais nas formações dessa mesma região, deixando como exemplo, citamos, *“Quando são dois elementos a dar a formação, devia ser um, pelo menos, da região, que tem mais conhecimento dos problemas da área, (...) eu sei nem sempre é possível, mas eu teria que trazer aqui a opinião dos colegas.”*. -----

Continuando a sua intervenção o Sr. Representante deixou ainda dois pedidos, dois pontos que achava importante para os contabilistas. Um deles, que na sua opinião, citamos, *“não seria tão difícil como isso”* que consistia na disponibilidade de um simulador de IRS, citamos, *“Um simulador de IRS simples, não muito complexo, que nos permitisse fazer uma estimativa de IRS para os empresários em nome individual com contabilidade organizada mais assertiva, não dependente do preenchimento da declaração modelo 3 para poder simular o IRS que a pessoa irá ter. E também para simulações ao longo do ano”*. -----

A seguir referiu-se ao SICCC, que, na sua opinião, necessita de mais recursos da inteligência artificial a qual nos poderá ajudar bastante, porque se a inteligência artificial trás perigos, em contrapartida, segundo o Sr. Representante, também possui virtudes muito grandes que ainda não estamos a utilizar. Sobre isto acrescentou ainda que, *“se a inteligência artificial estivesse aqui, os colegas, os mais novos, de certeza, não fariam tantas perguntas para o consultório, e utilizariam mais isso.”*. Mais, deixou ainda outra nota relativamente ao SICCC, citamos, *“que as questões que nós lá podemos submeter sejam referenciadas no tempo, porque a legislação sofre alterações ano após ano e quando fazemos questões, eu quero ver um problema de 2022 então, ele concentrar-se-ia nas respostas sobre a legislação em 2022 (...). Isso hoje é possível, como também os códigos, mais referências, e nas informações da própria Ordem também se fazer uma referência ao período que estamos a tratar a situação (...). Tenho aqui mais coisas sobre isso, mas a inteligência artificial é um mundo, e aproveitem para que nós consigamos fazer as coisas melhor e mais perfeitas.”*. Terminou com votos de boas festas para todos.

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante José Alberto Pereira e deu, de imediato, a palavra ao Sr. Representante Amâncio Fernandes Antunes, CC 2857, do Círculo Eleitoral da Guarda.-----

O Sr. Representante iniciou a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente da MAR pela ideia que obriga os Srs. Representantes a serem mais proativos, procurarem opiniões junto dos colegas e desafiá-los e dizer-lhes, citamos, *“todas as opiniões que tu quiseres, eu transmito-as lá”*, sendo até uma forma de dinamizar um bocadinho as reuniões livres que têm vindo a perder vigor. Continuou a sua intervenção afirmando que trazia poucas sugestões dos seus colegas do distrito da Guarda porque, sendo aquele formato de participação para ter continuidade não teriam de ser muito exaustivos logo na primeira vez que faziam consulta aos membros, todavia, acrescentou, foram-lhes chegando algumas opiniões, das quais, a seguir iria dar nota. Assim, a recomendação que deixou foi, citamos, *“Sugerir junto da AT a introdução do número de contribuinte para quem exerce a atividade como independente”*, lembrando que este assunto já há muito havia sido defendido, pelo que, mesmo se não for possível para todos, pelo menos para os que dispõem de contabilidade organizada, concluiu o Sr. Representante. Continuou fazendo alusão a outra situação, opinião que, preveniu, podia não ser do agrado de todos: do CCCLIX, enquanto ferramenta de consulta, chegaram-lhe opiniões de que não deveria contar para o ranking dos pontos anuais. Disse que não ia enumerar as razões daquele entendimento, todavia, ainda no dia anterior a Sr.<sup>a</sup> Bastonária havia levantado a questão. Disse que aquela era a posição daqueles colegas os quais alertam quanto à obtenção de pontos de formação contínua, *“pode haver falcatrua nesta situação”*. Outra preocupação que, a seguir, o Sr. Representante deu nota, foi a facilidade com que as pessoas, não membros, têm acesso a toda a informação, nomeadamente no Youtube e no CCCLIX, acrescentando que, podia parecer contraditório, defendermos a disponibilização de informação a todos, mas também não podermos deixar de ter em *“consideração e questionar o seguinte: essa informação é paga. Quem é que está a pagá-la? Não há (...) um retorno da maior parte das pessoas que a utilizam (...) dá a impressão que aquilo é um dado adquirido e que cai do céu, entre aspas, (...). Tem custos e alguém tem que suportar esses custos.”* Continuando, deixou um alerta aos colegas para estes, por sua vez, chamarem a atenção dos clientes para um maior rigor na data de comunicação ao efatura, pois verifica-se que, cada vez que se faz uma importação, há sempre mais uma fatura que não estavam na anterior. Reiterou o apelo de uma chamada de atenção, porque mais rigor nesta situação facilitará o trabalho de todos. ----- Terminando a sua intervenção deixou ainda um último ponto, este, disse o Sr. Representante, mais de opinião pessoal, posição que já há muitos anos defendia, mas estava ciente da dificuldade para o implementar. Todavia, ao menos, que fosse uma chamada de atenção a todos e, se tal não fosse exequível, se encontre outra forma que, eventualmente, o possa ser, e continuou, citamos, *“Sabemos da burocracia criada pela AT, também sabemos quem têm sido os atingidos por todas as alterações. Sabemos também que nem sempre fazemos refletir nas nossas avenças esses aumentos de serviço.*

*Atendendo a esse facto, sugere-se que, numa primeira oportunidade, seja proposto à Autoridade Tributária uma majoração do custo suportado pelas empresas com os honorários dos contabilistas, das avenças. Exemplo, uma majoração de 50%, seriam 25% refletidos na empresa, e os outros 25% refletidos para o CC. Imputar a avença.”.* Aquela, disse o Sr. Representante, era uma sugestão, podendo haver outras, outras formas do Estado participar o aumento de trabalho que as tantas alterações provocam. Lembrou que, em tempos, havia sido afirmado por alguém existirem países em que, por cada declaração que o contabilista submetia, este recebia uma quantia e que, embora não viesse ali defender isso, é também certo que todas estas alterações que são feitas, são assumidas pelos Contabilistas Certificados, acrescentando *“É evidente que podemos dizer (...) se assumimos trabalho, também devemos exigir mais avença, mas o que é certo é que, às vezes, não o temos feito.”.* Concluiu deixando votos de boas festas para todos. --

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Amâncio Antunes e deu, de imediato, a palavra ao Sr. Representante António Cerejo Moreira Caseiro, CC 280, do Círculo Eleitoral de Leiria. -----

Após cumprimentar O Sr. Presidente MAR, e na sua pessoa todos os presentes, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e Conselho Diretivo, o Conselho de Supervisão, o Conselho Jurisdicional, o Conselho Fiscal, a excelentíssima provedora e todos os presentes, iniciou a sua intervenção afirmando que havia enviado 621 emails a colegas e obtido algumas respostas desses colegas, os quais, como representante de Leiria, tinha muita honra em ali os representar. A seguir o Sr. Representante mencionou o colega CC 39760, Luís Silva, do qual lhe chegou a seguinte nota, citamos, *“que, no caso da certificação, que encontra em muitos colegas a falta dos dossiers fiscais e que era um ponto que a Ordem deveria ter em atenção no caso de haver controlo. Dossiers fiscais dos últimos 5 anos, ele não encontra nenhum. Avaliação do parque automóvel nas empresas, não encontra nenhuma. Imobilizado e fichas do imobilizado, não encontra.”.* Continuando, o Sr. Representante destacou o pormenor da certificação que no seu entender, citamos, *“devia ser obrigatória e altamente rigorosa por parte da Ordem.”.* A seguir deu nota da opinião recebida do CC 76808 que, citamos, *“aconselha que deve ser criado um email por cada local de reunião livre, para onde serão colocadas as questões, para que os formadores possam responder aos presentes, quando estão na reunião livre”.* Continuou referindo o pedido do CC 94141, Viviana Ribeiro, que pede, *“que a Ordem tome providências no sentido de acabar com a modelo 10, e passar a ser comunicado mensalmente o NIF com a DMR. E acabar com o envio do relatório único.”.* Deu nota, a seguir, das questões remetidas pelo colega Aurélio Silva, segundo o qual, citamos, *“existem alguns assuntos que a nossa digníssima Bastonária tem vindo a procurar resolver, embora até à data, ainda sem desenvolvimento. Gostaria de saber relativamente à situação do Fundo de Pensões, para*

*quando a implementação do controle de qualidade e em que moldes e de que forma está prevista a salvaguarda do RGPD relativamente à comunicação dos contratos entre os CCs e os seus clientes.”. Terminou a sua intervenção desejando um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.-----*

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante António Caseiro e deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Mónica Sofia Duarte Marçal, CC 82470, do Círculo Eleitoral de Lisboa. -----

Após cumprimentar a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os elementos do Concelho Diretivo e restantes Conselhos, o Sr. Presidente da MAR e todos os restantes colegas presentes, iniciou a sua intervenção afirmando querer partilhar, citamos, *“que é uma honra, um enorme prazer, que estou muito grata por estar aqui hoje, principalmente à luz que surgiu na minha vida, que me tem iluminado e possibilitando-me estar aqui hoje.”*. Agradeceu também aos colegas que, na sua pessoa, haviam depositado a sua confiança. Continuando a sua intervenção, deixou, citamos, *“pedidos para algumas formações necessárias para cumprir os deveres inerentes ao combate de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, e também sobre compras e vendas ‘online’, quer sejam clientes finais, quer empresas com várias opções de taxas de IVA aplicadas.”*. A seguir referiu outro tema que, na sua opinião, era de grande importância, o desenvolvimento tecnológico, o acompanhamento e auxílio na profissão, a inteligência artificial. Nesse âmbito disse que, *“Existe uma grande necessidade de cibersegurança e, nesse sentido, quero deixar um muito obrigada pela excelente oportunidade de formação de ontem, muito essencial à nossa vida no dia a dia, mas muito em especial à nossa profissão. Outras ações fundamentais como combater o envelhecimento e a retenção na profissão, aproveitar o grande número de candidatos a novos membros, promovendo e desenvolvendo o contínuo crescimento da profissão, e não podia deixar aqui de transmitir que após uma visita de iniciativa de estudo às instalações na sede em Lisboa, com alunos do 12.º ano, a sensação recolhida foi de grande satisfação, vontade de fazer parte desta Ordem. Mesmo jovens sem intenção de seguir nesta profissão, (...). Deixar também a satisfação e a sugestão de ação de desenvolver, com o IRS Tour, junto dos alunos do 12.º ano do Ensino Secundário, de incluir também alunos de cursos profissionais de Contabilidade e de Gestão.”*. -----

Deixou a seguir algumas sugestões tendo em vista reuniões livres mais participadas, sugerindo o envio, pela OCC, de um email, a cada membro de cada distrito, eventualmente na segunda-feira, em modo de convite, lembrando essa reunião e pedindo a presença do colega, na quarta-feira seguinte. Outra sugestão que a Sr.<sup>a</sup> Representante sugeriu, seria, citamos, *“ir ao encontro dos colegas, com regularidade, apoiar e fomentar a proximidade com a Ordem, de forma a sentirem que quem os representa está junto, disponível, para apresentar as suas preocupações e sugestões.”*. Em relação ao tema de

renovar o *merchandising* da Ordem, deixou a sugestão de capas para telemóvel, com logótipo da Ordem. -----

Continuando a sua intervenção a Sr.<sup>a</sup> Representante agradeceu a disponibilização aos membros dos espaços de trabalho e salas para reuniões nas representações da Ordem, sugerindo a existência de uma agenda *online* genérica, com acesso a todos os membros, onde seja possível verificar a disponibilidade e agendamentos. Deixou ainda um pedido em relação à agenda em papel, citamos, “*se há a possibilidade de chegar mais cedo aos colegas, que gostam de organizar com antecedência o próximo ano civil e fiscal.*”. E, por fim, referindo-se ao TOConline, agradeceu pela *app* fantástica e sublinhou o módulo de *stocks* como aquele em relação ao qual mais queixas dos empresários lhe têm chegado, deixando ali o alerta para a necessidade de melhoria urgente. Terminou com votos de boas festas para todos. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Representante Mónica Marçal e deu de imediato a palavra ao Sr. Representante João Manuel dos Ramos, CC 45995, do Círculo Eleitoral da Madeira. -----

Após cumprimentar o Sr. Presidente e demais membros da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e Conselho Diretivo, os demais membros dos órgãos da OCC presentes, o Sr. Representante iniciou a sua intervenção afirmando que “*democracia é a tradução do grego demokratía, poder ao povo, depois de devidamente informado. E a liberdade é um privilégio perigoso. Isto, para dizer que todos os que embarcamos nisto, foi em democracia, devidamente informado do que aí vinha. Não podemos, a coberto da liberdade, andar a criticar o trabalho de quem tanto tem feito pela nossa qualidade de vida. A inovação predominante, nestes últimos mandatos, tem-nos elevado a um patamar nunca antes visto na nossa profissão. Aquilo que nos parece uma imposição e um rigor, não é mais do que uma determinação em levar em frente um barco num mar profundamente alteroso, que, no entanto, tem sempre, sempre, chegado a bom porto.*”. Continuou lembrando que, só quem não está presente, anda completamente afastado da nossa profissão, ou tem má-fé, é que não reconhece as notáveis alterações da profissão. A seguir referiu o TOConline como uma notável ferramenta de trabalho colocada à disposição dos CC. Continuou elencando a importância e o papel dos CC em todas as vertentes da sociedade, AT, Segurança Social, ACT, Autoridades nacionais e regionais, região autónoma da Madeira, Atividades Económicas, Bancos e todas as demais interligadas ou contextualizadas junto dos clientes, citamos, “*àqueles que mantêm Portugal de pé, fundamentais numa sociedade que se quer evoluída e contemporânea, permite-nos estar na crista da onda das decisões das empresas e nossas clientes. E, conseqüentemente, da vida do país. Nesta altura, já mais como consultores certificados, do que propriamente Contabilistas Certificados, pois a chegada da inteligência artificial, veio-nos facilitar a vida, mas também trazer*

*responsabilidade acrescida àquilo a que temos que propor aos nossos clientes.”* -----  
A seguir, e sublinhando a sua condição de ilhéu, zonas do país com especificidades próprias, e na qualidade de representante na AR pelo Circulo da Madeira, declarou que, queria ali sensibilizar o Conselho Diretivo para que fossem criadas formações próprias para as Regiões Autónomas, atendendo às diferenças naturais e especificidades em diversas matérias, como o IRS, o IRC e até no contexto da zona franca da Madeira, bem como relativamente à Segurança Social, à Autoridade para as Condições do Trabalho e ainda relativamente aos apoios que são dados àquela região, quer em fundos comunitários, quer de outros incentivos. Antes de terminar a sua intervenção com votos de boas festas para todos, afirmou, citamos, *“Caros colegas, somos cegos, não vemos, não sabemos a glória que será quando aprendermos a voar realmente.”* -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante João Ramos e deu a palavra ao Sr. Representante Nuno Miguel da Costa Tavares, CC 62777, do Círculo Eleitoral de Portalegre. -----

Após cumprimentar o Sr. Presidente e demais membros da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e, na sua pessoa, todos os restantes órgãos da OCC, os colegas aqui presentes e os funcionários da Ordem que deram o seu apoio na realização da AR, o Sr. Representante informou que, metodologicamente, os Representantes do distrito de Portalegre fizeram exatamente aquilo que ali já havia sido dito pelos Srs. Representantes de outros distritos. Auscultaram os colegas nas reuniões livres e também através dos canais normais do *WhatsApp* e por email, trazendo àquela AR algumas considerações que ali queria partilhar com os colegas, não sem antes e, em primeiro lugar, expressar um agradecimento à OCC, afirmando que, citamos, *“o distrito de Portalegre está reconhecido à Ordem, relativamente à aproximação que esta tem feito a distritos pequenos, como é o caso do nosso, não só com a nossa Representação, mas também com a disponibilização dos vários canais formativos, é a aproximação que importará aqui realçar.”* Continuou e referindo-se a algumas considerações que lhes haviam sido colocadas. Disse tê-las resumido, de uma maneira geral, na relação com a AT, havendo, naquele âmbito, algumas razões de queixa, que também já ali tinham sido apresentadas, citamos, *“relativamente à submissão de declarações, ao modelo 10, à DMR versus DRI. Também uma sugestão para que o apuramento dos pagamentos por conta, no caso do IRC, que fosse feito à semelhança daquilo que acontece em IRS, (...) que seja pedido um canal privilegiado de contacto dos CCs com a Autoridade Tributária. E também que o processo de renúncia de funções e substituição de Contabilista Certificado seja facilitado. Um pedido também, relativamente a uma definição clara, relativamente ao que se espera do SAF-T. Como sabemos, tem vindo sucessivamente a ser adiado, e quando, se algum dia, vier a ser implementado, ninguém vai acreditar verdadeiramente nessa situação.”* -----

Deixou a seguir o seu elencado de questões, mais relacionadas com a Ordem, citamos: *“A diversificação dos temas das reuniões livres, com especial incidência para matérias do Direito do Trabalho e Segurança Social. E também a eventual possibilidade de criação de um email institucional, ou de um email da Ordem, se assim quisermos, talvez seja mais correto, à semelhança daquilo que algumas outras Ordens têm disponível para os seus membros. Permitam-me, no entanto, que realce aqui duas questões, uma delas com dupla vertente, que nos preocupam em concreto no distrito de Portalegre. A primeira tem a ver com a mediação de conflitos entre CCs. Quando algum de nós é mal visto por parte dos clientes, ou por parte da sociedade, permitam-me, não é aquele só que é mal visto, somos todos. E no processo de mediação e conflitos há algumas queixas relativamente àquilo que são comportamentos menos corretos por parte dos colegas, que quando se veem privados de algum cliente, por vezes, têm comportamentos que não são aceitáveis. Estamos a falar da questão de ética e deontologia, um reforço, um manual de procedimentos, um manual de comportamentos, de maneira que minimizemos esta situação da transferência ou da passagem de clientes entre CCs.”*-----

Continuou referindo-se, com preocupação, à entrada e saída de Contabilistas Certificados da profissão, e em particular ao distrito de Portalegre, considerando-o como um distrito pequeno e envelhecido e, citamos, *“À entrada, bem sabemos que o número de candidatos que agora se apresentou, é significativo. E estamos todos satisfeitos, são todos bem-vindos. No entanto, resultam também do acumular de alguns anos em que alguns destes não conseguiram, na altura, entrar para a Ordem dos Contabilistas Certificados. Portanto, este número é bom, é o que é, é um facto. Ficamos muito satisfeitos com ele., mas ele não se vai manter nos próximos anos. (...) Bem sabemos que isto não será responsabilidade só da Ordem dos Contabilistas Certificados, mas importará que a Ordem sirva também como dinamizador. Eu brincava, na última reunião livre, qualquer slogan como “ser contabilista é fixe”, ou “ser contabilista é cool”, ou outra coisa qualquer que os jovens agora consigam acompanhar, de maneira que nós consigamos trazer os jovens para a profissão. Acreditem também na minha experiência de docente, é muito complicado trazer os jovens para a profissão. Eles veem-nos, a nós, como algo cinzento, (...) não tenham a menor dúvida. E nós temos que ir a montante, porque não são as instituições de Ensino Superior, elas diversificam aquilo que é a divulgação da sua oferta formativa. Divulgam tudo. Não divulgam especificamente aquilo que é, ou que são as nossas áreas, e aquilo que nos importa aqui hoje realçar.”*. Para terminar a sua intervenção o Sr. Representante alertou ainda que, naquele distrito envelhecido, os Contabilistas Certificados estão a ter dificuldades em abandonar a profissão e essas dificuldades não resultam da sua falta de vontade em abandonar a profissão, mas da falta de condições a quem passar o testemunho. Há falta de quem o queira receber, disse. E, expressando a sua preocupação, acrescentou, *“Nós temos Contabilistas Certificados, que*

*falam comigo, desabafam comigo, se entendermos assim, que gostariam de fazer uma transição pacífica, calma, tranquila. Não estamos a conseguir fazer isso. Os contabilistas estão a ter carreiras profissionais muito longas e estão a ter dificuldades a quem poder passar o testemunho.”. Terminou com votos de boas festas para todos.-----*

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Nuno Tavares e deu a palavra ao Sr. Representante António Jorge Gomes de Azevedo, CC 5130, do Círculo Eleitoral do Porto. -----

Após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, e nas suas pessoas todos os colegas e colaboradores da Ordem, desde logo deu, a todos os colegas, as boas-vindas ao Porto, afirmando que, citamos, *“isto é um hino, juntar os colegas todos, de todos os lados do país, aqui no Porto, para nós, é um orgulho, (...) queria dar os parabéns ao senhor presidente da Mesa. Os meus parabéns. Conseguiu pôr isto a ser uma verdadeira Assembleia Representativa.”*. Continuando, lembrou que, aquando da sua primeira intervenção na AR, procurou auscultar os colegas para ali trazer os seus problemas e que, também agora, a auscultação havia sido feita, tendo sido colhidas muitas sugestões, todavia, todas relacionadas com o PAO. A seguir referiu-se ao SAF-T da faturação e ao prazo para a sua comunicação, considerando ser um problema que não constava do PAO. Uma obrigação que agora decorre até ao dia cinco de cada mês, referindo, *“dia 05, em novembro, são dois dias úteis. (...) Para quem tem uma empresa, ou para quem tem duas empresas, ou quem trabalha com médias ou grandes empresas, pacífico. Uma coisa que se faz 30 segundos, um minuto, não tem problema. Para quem é da Guarda, para quem é de Bragança, que tem cafés, que tem pequenos supermercados, pessoas que não dominam minimamente a informática, se se tiverem que deslocar a cinco clientes, em dois dias, não têm hipótese. Qual é a única hipótese que têm? É fazer aquilo que não se deve fazer, que é trabalhar sábados e domingos, para cumprir prazos. (...), cada vez necessitamos mais desta ferramenta. Nós queremos ter os SAF-T entregues a tempo e horas, porque nós necessitamos dessa informação. Nós não somos escravos de andar a lançar papéis à mão. O que é que está a acontecer? (...) O que vai acontecer é que os colegas dizem: ‘muito bem, eu não vou conseguir mandar até dia 05 (...), mando no dia 10, ou no dia 15, ou no dia 20, ou no dia 25, porque já está fora de prazo’. Ou seja, isto vai ter um efeito contrário, em vez de termos disponibilizada a informação mais cedo, começamos a tê-la mais tarde. Pior do que isto. É que alguns colegas menos éticos já perceberam que isto é uma informação meramente declarativa. E, então, como não têm possibilidade de cumprir os prazos, e como é uma informação meramente declarativa, podem pedir o afastamento da coima. (...) eu acho que está na altura, nesta matéria, de darmos um passo atrás. De não ser até ao dia 5, mas ser até ao quinto dia útil, ou até ao quarto dia útil. (...) se for até ao quarto dia útil, temos um mês no ano de 2025 que*

*entregámos um dia mais cedo, (...) e no ano inteiro de 2025, atrasamos sete dias. Mas permite a muitos colegas terem família, poderem descansar, terem sábados, terem domingos e terem feriados. Tenho colegas que no Dia de Todos os Santos andaram a ir buscar SAF-T, para poderem cumprir. (...) deixava este aparte para vocês poderem refletir neste assunto.”* -----

Terminou a sua intervenção referindo-se à captação de novos valores para a profissão, citamos, *“já que nós não conseguimos trazer os novos para cá, irmos nós lá. De fazermos junto das Universidades, (...) uma ligação entre os contabilistas e os estudantes, com temas que dão interesse aos estudantes e a promover, para mim a menina dos meus olhos, o CCCLIX e o SICC. Juntarmos isso tudo e fazermos ver aos miúdos, no meio deles, que afinal a profissão não é assim tão arcaica e tão cinzenta, e que vale a pena.”* -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante António Jorge Azevedo e deu a palavra ao Sr. Representante Manuel Joaquim Borralho Ramalho, CC 15504, do Círculo Eleitoral de Santarém.-----

O Sr. Representante iniciou a sua intervenção cumprimentada o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, todos os órgãos sociais, os colegas e todos os presentes, tendo a seguir afirmado que, citamos, *“Santarém não temos tido muita dinâmica, mas em todo o caso, já conseguimos que as reuniões livres fossem mais participadas. Estamos a trabalhar nesse sentido e, portanto, penso que vamos continuar.”*. A seguir felicitou o Conselho Diretivo por, citamos, *“ter trazido esta iniciativa do CIS”*, referindo-se a uma formação verificada na tarde do dia anterior, considerando-a muito importante numa altura em que os ciberataques são frequentes. E terminou a sua intervenção acrescentando, ainda sobre o mesmo assunto, *“temos que arranjar maneira de criar um manual minimamente prático para fazer cópias de segurança. Falta muito isso, e essa pequena informação, pode salvar muito trabalho.”*-----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Manuel Ramalho e deu, de imediato, a palavra ao Sr. Representante Carlos Augusto Cordeiro de Sousa, CC 90047, do Círculo Eleitoral de Setúbal.-----

Após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os restantes membros dos órgãos sociais, os colegas representantes, os demais participantes na AR e a todos deixar uma saudação dos contabilistas de Setúbal, afirmou que os Representantes de Setúbal promoveram a interação com os colegas do distrito, citamos, *“através do acompanhamento nas formações, nas reuniões livres, pelos contactos via email e WhatsApp e pela reunião promovida na representação de Setúbal para a auscultação dos colegas sobre esta Assembleia. Aí recolhemos um conjunto de opiniões, sugestões, das*

*quais destacamos: nas questões declarativas da AT, o ajustamento de prazos limites. Na modelo 10, até final do mês de fevereiro, ou eliminação da mesma. O Relatório Único até final de outubro. A obrigatoriedade de apenas o primeiro pagamento por conta. Nos documentos de cobrança, a discriminação das diferentes rubricas cobradas. A reformulação do modelo 30, eventualmente com uma publicação da lista de entidades para as quais não sejam necessários procedimentos aplicáveis aos prestadores de serviços não residentes, e também aplicável a reduzidos valores. A existência de uma conta corrente na Segurança Social Direta. Também informar que não há recetividade à comunicação dos contratos, sendo apontado como uma possível fragilidade dos contabilistas para com os clientes, e podendo colocar constrangimento quando existam cláusulas de confidencialidade que proibam a divulgação dos mesmos. Equacionar a existência de cadernos práticos de contabilidade por setor. No SICCC, concentrar várias informações que se encontram dispersas pelo site. Continuar com o modelo de formação, tal como foi apresentado na última formação eventual, baseado num caso prático. Por fim, manifestar o sentimento de confiança que os colegas têm na Ordem e na sua direção.”. Lembrou a seguir que a OCC é uma instituição representativa dos Contabilistas Certificados e constituída por Contabilistas Certificados e que, citamos, “não podemos compactuar com atos deploráveis com os ataques que a Ordem e a nossa Bastonária, nomeadamente, são alvo nas redes sociais. Nós, Contabilistas Certificados, executamos uma profissão exigente e responsável que obriga a um trabalho árduo. Por isso, temos o direito de exigir respeito pelas legítimas funções que desempenhamos.”. Terminou desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.-----*

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Carlos Sousa e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante Secundino Manuel Miranda Cantinho, CC 14911, do Círculo Eleitoral de Viana do Castelo.-----

O Sr. Representante iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente e demais membros da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e demais membros do Concelho Diretivo e todos os colegas Representantes de cada um dos distritos e prosseguiu dizendo que trazia àquela AR alguns tópicos que considerava importantes e ali queria salientar e, desde logo, saudou o trabalho feito pela Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, citamos, “tem disponibilizado a todos os contabilistas um conjunto de ferramentas importantíssimas para o desenvolvimento da profissão de Contabilista Certificado.”. Continuando, expressou a sua preocupação pelo facto de Viana do Castelo, ao contrário de todos os outros distritos do país, ainda não dispor de uma representação da OCC, afirmando ser diariamente confrontado com tal situação, referindo, “confesso que já não tenho, digamos, desculpas para dar aos colegas, relativamente a esta situação. Eu espero que isto se resolva rapidamente, para o bem de todos os colegas de Viana do Castelo.”.-----

A seguir o Sr. Representante fez alusão às reuniões das quartas-feiras livres e, concretamente, ao seu distrito, alertando que a sala onde aquelas se realizam é sobredimensionada e que se localiza numa zona da cidade de acesso pouco facilitado, sugerindo a opção por uma sala mais pequena na perspectiva de se obter, citamos, *“uma situação de maior intimidade, digamos, entre os colegas, e talvez uma participação mais dinâmica nessas sessões.”*. Referiu a seguir a questão da formação ministrada pela OCC, sugerindo determinadas áreas específicas, a exemplo do que já havia sido ali proposto por outros colegas, caso do Direito do Trabalho, da Segurança Social e do Direito da Insolvência, referindo-se a este último com especial ênfase, porque havia testemunhado numa das formações promovidas pela OCC em se questionou o que era ‘insolvência de carácter limitado’ ou ‘saneamento por transmissão’ e foi evidente o desconhecimento de muitos colegas nesta importante matéria, pelo que questionou, citamos, *“qual o papel do Contabilista Certificado nestas duas situações? Alguém sabe? É um desafio que eu trago aqui para todos os colegas.”*. -----

Referiu-se de seguida à atribuição da medalha dos 25 anos de profissão pela OCC. E ainda que tem contactado muitos colegas, mais idosos, que se mostram cansados por excesso de trabalho, situação que o preocupa, porque, citamos, *“alguns deles dizem ‘eu quero é vender o estabelecimento, quero arranjar um sucessor, alguém que fique com o meu gabinete, mas também não vejo aqui’*”. Lembrou que aquele assunto já ali havia sido falado, pelo que lhe parecia importante ser desenvolvido algum trabalho naquela área e deixou a sugestão, *“talvez equipas de trabalho junto de Contabilistas Certificados, no sentido de os auxiliares na implementação da digitalização e na automatização de determinadas tarefas.”*. Continuou fazendo alusão à questão da ética, para o que deixou também uma sugestão, citamos, *“Porque vejo que o relacionamento entre colegas não é um relacionamento correto, no sentido de estarem corretamente identificados e por aí fora. Porque não um manual de boas práticas no relacionamento entre colegas?”*. -----

Continuando a sua intervenção o Sr. Representante lembrou o quão importante é a questão do Simplex na área da contabilidade, acrescentando, *“Quantas vezes somos confrontados com os Bancos a solicitarem-nos as certificações de PME. Quer dizer, estamos a dar informação a um instituto do Estado, informação esta que o Estado já detém. (...) acho que seria importante rever esta situação.”*. -----

Antes de terminar o Sr. Representante questionou-se quanto ao que se fazer para atrair os mais novos para a profissão e manifestou a sua preocupação com este assunto, sobre o qual, deixou, também, uma sugestão, citamos, *“Acho que nós, os membros da Assembleia Representativa, temos aqui também um papel muito importante de cativar esses jovens e de os ajudar no desenvolvimento da sua profissão. Portanto, acho que a Ordem podia comunicar a nós, representantes, quem é que são esses elementos, na tentativa de os chamarmos, até para virem às reuniões livres, a frequentarem as reuniões livres, para se*

*cultivarem na área da contabilidade e prestarem um serviço condigno aos seus clientes”.*  
Concluiu com votos de umas boas festas e excelente Ano Novo para todos.-----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Secundino Cantinho e deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Pinto Borges, CC 64773, do Círculo Eleitoral de Vila Real. -----

A Sr.<sup>a</sup> Representante após cumprimentar todos os colegas, informou que ira ser célere na sua intervenção e, de imediato, referindo-se ao seu distrito, declarou sentir dificuldade de aproximar os membros à Ordem, acrescentando, *“Solicitámos aos colegas sugestões para melhorar as condições de trabalho, a valorização da profissão e o suporte institucional. Tentámos manter um canal aberto de comunicação com todos, ouvir as suas necessidades e trabalhar em encontrar soluções, mas não tem sido fácil. Aproximar os colegas e obter as suas opiniões tem sido difícil. Penso que isto é transversal a todas as regiões e é algo que nos preocupa. Vamos continuar a tentar contribuir para tornar esta profissão mais forte, unida e preparada para os desafios futuros. Sabemos que os membros são gratos à Ordem e ao excelente trabalho feito na nossa região. Esta é a nossa mensagem.”.*  
Terminou desejando um Feliz Natal a todos. -----

O Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Borges e deu, de imediato, a palavra ao Sr. Representante João Carlos Simões Figueiral, CC 61756, do Círculo Eleitoral de Viseu. -----

O Sr. Representante iniciou a sua intervenção cumprimentando os membros da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os demais colegas e colaboradores da OCC. Ato contínuo, agradeceu ao Sr. Presidente da MAR por ter aceitado o desafio e informou que trazia àquela AR alguns grandes temas resultantes da colaboração recente com colegas do seu distrito, os quais intitulou de, citamos, *“temas para os próximos 4 anos, para o próximo mandato.”.* -----  
Continuando referiu-se ao acesso à profissão, assunto sobre o qual já havia opinado e revisitava naquela AR, sendo, na sua opinião, o que mais compromete a profissão, mais a dificultam e mais problemas lhe trazem. Acrescentou que *“Já resolvemos o problema de acesso à Ordem, falta resolver o problema de acesso à profissão. Temos que olhar para isso, refletir, tornar isto mais fluido e, com isso, depois resolver muitos dos problemas que nos afetam. Aculturação profissional. (...) a passagem de um testemunho de profissional para profissional, da passagem não só do conhecimento, mas do ser contabilista, passar o ser contabilista.”.* A seguir, e fazendo alusão às reuniões livres, disse que o problema poderá ser solucionado, sugerindo para tal, citamos, *“passar mais contacto, para podermos falar cada vez mais, não só da contabilidade, da fiscalidade, mas também para falar de como é que fazemos certas coisas, partilharmos, abrimos as nossas portas e partilharmos muito daquilo que fazemos sem medo, sem pudores (...)”.*

A seguir o Sr. Representante dissertou sobre *pluralidade de CCs*, um tema sobre o qual, alegou, já teve discussões com alguns colegas e, em defesa da sua opinião, exemplificou, *“Uma empresa, por dimensão, tem que ter Conselhos de Administração cada vez mais amplos por responsabilidade, Conselhos de Fiscalização cada vez mais amplos, mas o CC é só um. E quem já trabalhou numa grande empresa sabe que isto é falso. Artificializamos uma coisa que não existe. Da mesma forma que em pequenas empresas também, ou em gabinetes, pode haver CCs especializados e podem trabalhar vários na mesma empresa. É inconcebível esta figura, de estar um só a responder e, mesmo quando há serviço que um colega de partilha possa estar a fazer, não tem que passar pelo outro, não tem que forçar que o outro tenha que submeter o que o outro fez, que cria aqui muitos conflitos. E podemos resolver muitos conflitos, podemos resolver muitos dos problemas que nós nos queixamos todos os dias, transformá-los em não problemas.”*. -----

Continuou a sua intervenção situando-se a seguir, num ponto que, disse, ali trazia, também em resultado de discussões recentes com colegas. O tema, citamos, *“muito engraçado, colégios de especialidade”*, relativamente aos quais afirmou, *“Temos que olhar para os colégios de especialidade e criar especialidades e pensá-las, repensá-las, e criar especialidades que os nossos clientes precisem. Como todas as outras profissões. (...) Criar conhecimento daquilo que nós precisamos de dar ao mercado. Por exemplo, como sugeriram, na construção, nas plataformas digitais, agências de viagens, benefícios fiscais, microempresas, certos ramos industriais, que carecem que haja um conjunto de conhecimento, desde a contabilidade à fiscalidade e que esses colégios, depois, também servem para que os outros vão beber informação, e servem para isso sim, para valorização profissional, porque quando passamos a ter profissionais com estas valências, estas têm um valor acrescentado (...). Têm um valor adicional. E mesmo entre colegas é possível, como em outras profissões, recorrermos a esse e fazermos partilhas, e ganhar, transmitir ao mercado muito mais valor.”*. -----

O Sr. Representante referiu-se ainda a um quinto ponto, assunto que também lhe havia sido reportado e que também achava muito interessante, para reflexão nos próximos quatro anos. Referia-se ao excesso de regulamentação da profissão, alegando que, *“cada vez temos mais regulamentos, cada vez temos mais codificação, que não está condensada, está dispersa. Isto também dificulta muito o exercício da profissão e (...) cria também muita base de conflitos”*. Terminou deixando votos boas festas e bom ano para todos. --

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante João Figueiral e, mais uma vez, a todos os Srs. Representantes pelos muitos assuntos e pelas tantas ideias que ali haviam sido trazidos, acrescentando estar muito agradado com a participação de todos. Mais, informou que aquele modelo seria para continuar, talvez não chamando os distritos um mas, citamos, *“se calhar de ano a ano repetirmos esta fórmula. Nas restantes ARs podemos deixar para quem quiser trazer problemas, para também não estarmos aqui a*

*forçar, a dizer as mesmas coisas (...)*”-----  
Mais, acrescentou o Sr. Presidente da MAR que, das intervenções dos Srs. Representantes, reteve alguns temas, designadamente, a forma de nos reinventarmos para captar a participação dos mais novos; a questão das formações mais temáticas e específicas e com aspetos práticos; e ainda um tema que, disse, lhe é particularmente querido, que é *“como usarmos e quais os impactos da inteligência artificial na nossa profissão”*.-----

Antes de passar ao ponto seguinte o Sr. Presidente da MAR convidou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária a usar da palavra, querendo, em resposta a muitas das questões que foram ali trazidas pelos Srs. Representantes. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente e, na sua pessoa, toda a MAR, todos os órgãos ali presentes, os membros da AR presentes e à distância e os membros presentes na plateia, a todos agradeceu a presença e, desde logo, esclareceu que não se iria prolongar, deixando as questões para quando da apresentação do PAO, uma vez que alguns desses assuntos estavam contidos naquele documento, tendo, no entanto, adiantado que registou atentamente todas as sugestões e também que as sugestões são sempre o ideal nestas Assembleias e o facto de todos falarem é o modo de todos os distritos estarem efetivamente representados e fazerem ouvir a sua voz. Considerando uma excelente iniciativa, agradeceu a todos a participação e referiu que as sugestões *“serão aqui acolhidas e tidas em conta, obviamente, no âmbito das nossas atividades, que vamos desenvolver no ano de 2025.”*-----

Esgotado o período de **antes da ordem do dia** passou-se de imediato ao **ponto 1** (um) da **ordem do dia**, *Aprovação da ata da reunião de 15/03/2024*. O Sr. Presidente da MAR esclareceu que se tratava da ata da última AR realizada no mandato anterior, lembrando que só podiam votar aquela ata os Srs. Representantes que participaram na AR de 15 de março de 2024 e que, estando presentes na presente AR, continuem a ser Membros da AR neste mandato. Mais, informou que esta ata não foi objeto de quaisquer alterações, relativamente à versão que foi oportunamente enviada a todos os Srs. Representantes e que foi também publicada no site da Ordem, e propôs que, por isso, fosse dispensada a sua leitura. -----

Passando-se à votação e após a correspondente verificação dos votos, a ata da AR de 15/03/2024, foi aprovada por unanimidade, com cinquenta e oito votos a favor, de todos os Srs. Representantes que são membros comuns, de um e outro mandato, sem votos contra e sem abstenções.-----

Passou-se de imediato ao **ponto 2** (dois) da **ordem do dia**, *Aprovação da ata da reunião de 03/07/2024*, versão que foi igualmente remetida aos Srs. Representantes e publicada no site da Ordem. Propôs, de igual modo, a dispensa da leitura da mesma e alertou que os

dois Srs. Representantes que tinham acabado de tomar posse não participariam na votação, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA.-----

Passando-se à votação e após a correspondente verificação dos votos, a ata da AR de 03/07/2024, foi aprovada por unanimidade, com oitenta e dois votos a favor, sem votos contra e sem abstenções.-----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR seguiu para o **ponto 3** (três) da **ordem do dia**, *Discussão e votação da Proposta de Remuneração do Concelho de Supervisão*, esclarecendo que se tratava de um assunto novo trazido à AR, decorrente da alteração do Estatuto da OCC, doravante EOCC, dado que, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento de Remuneração dos Órgãos Sociais, cabe a esta AR, sob proposta do Conselho Diretivo, aprovar a remuneração do Conselho de Supervisão, de acordo com as políticas, os critérios e os valores limites previstos no referido regulamento. Era esse o documento que estava em causa e que constava da documentação fornecida aos Srs. Representantes, acrescentou o Sr. Presidente da MAR. De seguida questionou a Sr.ª Bastonária se queria acrescentar alguma informação sobre o documento em apreço.-----

No uso da palavra a Sr.ª Bastonária esclareceu que, com a alteração do EOCC, aconteceu uma mudança substancial em matéria de remunerações dos órgãos sociais, passando a ser reguladas, para todos os órgãos, através de um regulamento apresentado pela MAR e que foi aprovado na última AR. No entanto, porque compete ao Conselho Diretivo propor as remunerações do Conselho de Supervisão, foi decidido que este órgão fosse remunerado, desde o seu início de funções, com remunerações idênticas às que vinham anteriormente sendo atribuídas ao órgão disciplinar. Agora, com submissão à AR da proposta do Conselho Diretivo, pretende-se proceder ao seu ajustamento, nos termos e com as orientações do regulamento aprovado na AR anterior. Assim, adiantou a Sr.ª Bastonária, não diferindo em nada daquelas orientações, foram adotadas, basicamente, as percentagens mínimas definidas no respetivo Regulamento, com razoabilidade e em função do tempo de trabalho exigido ao Conselho de Supervisão, tendo em conta as suas responsabilidades, e era dentro dessas premissas que o Conselho Diretivo apresentava à AR aquela proposta das remunerações do órgão de Supervisão.-----

Posto isto e tendo em consideração que ninguém manifestou a sua intenção de mais intervir, o Sr. Presidente da MAR colocou à votação o **ponto 3** (três) da **ordem do dia**, *Discussão e votação da Proposta de Remuneração do Concelho de Supervisão*.-----

Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que participaram na votação, presentes e representados, 84 Srs. Representantes, tendo o **ponto 3** (três) da **ordem do dia** sido aprovado por maioria, com a seguinte votação:-----

- *Votos contra: 0 (zero)*;-----

- *Abstenções: 1 (uma); Presenciais: 1 (uma); à distância: 0 (zero)*.-----

- *Votos a favor: 83 (oitenta e três); Presenciais: 80 (oitenta); à distância: 3 (três)*.-----

Passando de imediato ao **ponto 4** (quatro) da **ordem do dia**, *Dar nota à AR do Relatório Anual sobre as Remunerações dos membros do Conselho de Supervisão*, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que se tratava de uma nova obrigação decorrente, mais uma vez, da alteração do EOCC e, também, do Regulamento de Remunerações dos Órgãos Sociais que no seu artigo 13.º, n.º 3, define caber ao Conselho Diretivo a apresentação à AR do Relatório anual sobre as remunerações dos membros do Conselho de Supervisão. De seguida, o Sr. Presidente da MAR questionou a Sr.ª Bastonária se, além do documento que os Srs. Representantes tinham em sua posse, o qual fazia um resumo das remunerações em apreço, queria acrescentar alguma coisa sobre aquele ponto. -----

No uso da palavra a Sr.ª Bastonária disse que pretendia apenas lembrar, mais uma vez, que, em relação às remunerações do Conselho de Supervisão, até ao momento, tiveram por base as remunerações do anterior órgão que, até então, tinha funções de supervisão, que era o Conselho Jurisdicional, e que agora, com a aprovação pela AR, se pretendem regularizados. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu o esclarecimento da Sr.ª Bastonária e informou que o documento em análise não está sujeito a qualquer tipo de votação, porquanto se tratava de um relatório para conhecimento da AR, procedimento que cabia à MAR ali trazer.----

O Sr. Presidente da MAR passou ao **ponto 5** (quatro) da **ordem do dia**, *Dar nota à AR do Relatório Anual sobre as Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais*, lembrando aos Srs. Representantes que também está de posse de cada um aquele relatório anual preparado pelo Conselho de Supervisão. De imediato perguntou à Dr.ª Mónica D'Andrade, presidente daquele órgão, se queria acrescentar alguma coisa. Perante a resposta afirmativa, o Sr. Presidente deu a palavra à Sr.ª Presidente do Conselho de Supervisão. -----

A Sr.ª Presidente do Conselho de Supervisão iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e continuou, citamos, *“É uma primeira oportunidade do Conselho de Supervisão de estar convosco. É a primeira reunião em que estamos, este novo órgão que a partir da última eleição faz parte estatutariamente, de acordo com a última alteração de estatuto, faz parte dos órgãos sociais da Ordem. Sr. Presidente da Mesa, Sr.ª Bastonária, muito obrigada. E só dar nota que o relatório que apresentámos vai no sentido de acordo com aquilo que é o Regulamento das remunerações e o seu artigo 12.º, compete a este órgão de Supervisão fazer uma apreciação daquilo que foi o regulamento, a nossa deliberação sobre o regulamento, em que nós ajustámos as remunerações de todos os órgãos da Ordem, daqueles que temos competência para ajustar, onde nós não nos incluímos, nós, Conselho de Supervisão. E, portanto, ajustámos de acordo com as percentagens mínimas que o regulamento também definiu e de acordo com os tempos que são alocados a cada um dos membros dos órgãos. Nesse sentido, o relatório expressa*

*isso e conclui, de facto, que a Ordem dos Contabilistas e os seus serviços, e a Sr.ª Bastonária, enquanto dirigente máxima desses mesmos serviços, aplicou tal e qual aquilo que foi o regulamento e a deliberação do Conselho de Supervisão. E é isso que vimos aqui hoje dar nota à reunião da Assembleia Representativa. Muito obrigada, senhor presidente.”*-----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu à Dra. Mónica d’Andrade e informou a AR que não haveria igualmente votação para este ponto da ordem do dia, pois tratava-se de dar conhecimento deste relatório, agora previsto nos novos instrumentos que regulamentam a OCC. -----

Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente da MAR passou ao **ponto 6** (seis) da **ordem do dia**, *Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025*, para o que deu, de imediato, a palavra à Sr.ª Bastonária, para a sua explanação. -----

A Sr.ª Bastonária começou a sua intervenção prometendo não se alongar na sua explanação e que iria tentar transmitir o conteúdo daquele documento de forma simples, esquematizada e rápida e, ao mesmo tempo, incluir alguns comentários às sugestões que os Srs. Representantes, nas suas intervenções ali deixaram enquanto assuntos contemplados no PAO. Continuou fazendo alusão a uma citação constante da página 5 do PAO, informando ter sido escolhida pela Sr.ª Diretora Tesoureira, Dr.ª Cristina Pena Silva, a saber, *“unir é um bom começo, manter a união é um progresso e trabalhar em conjunto é a vitória. Henry Ford”*, pelo quão a mesma se identificava com o sentido orientador de todo o Conselho Diretivo durante os seus sete anos de mandatos e, ainda, porque, entendia que aquela frase, sem dúvida, acompanhava muitas das preocupações e sugestões que ali haviam sido feitas pelos Srs. Representantes que falaram por cada distrito e porque, o fomentar e melhorar aquela união era fundamental, bem como, a AR seria bom meio para o conseguir. A seguir sublinhou a importância de todos órgãos sociais, em todos os eventos físicos, acompanharem cada um dos distritos, e nesse sentido, também que os Srs. Representantes estarem também cada vez mais presentes junto dos membros dos seus distritos, assistindo às reuniões livres, estando presentes nas formações eventuais e acompanharem os membros nos demais eventos promovidos pela OCC. ----

Entrando nas matérias constantes do PAO, referiu-se a seguir à análise SWOT, aos princípios orientadores e os vetores estratégicos, os quais têm sido ajustados ao longo dos últimos sete anos sem, contudo, alterarem os pontos fundamentais da profissão. Deve-se ainda naqueles pontos fundamentais enquanto contidos nos vetores estratégicos contidos no PAO, sendo primeiro o combate ao envelhecimento e retenção na profissão, assunto que ao mesmo tempo respondia a algumas das intervenções dos Srs. Representantes que teria desde já, resposta no grande número de candidatos e novos membros e o quão, através destes, é importante “vendermos” uma imagem menos cinzenta da nossa profissão. Referiu a preocupação dos Sr. Representantes nos

comentários iniciais, considerando este assunto, sem dúvida, uma preocupação de todos, mas que a estratégia seguida ao longo dos últimos sete anos já teve resultados como se pode comprovar no ano de 2024, referindo-se aqui às novas regras de acesso à profissão, com as novas políticas e a isenção de taxas, que obviamente têm um custo substancial para a Ordem, mas que resultou e que, se calhar, no seu conjunto terá influenciado favoravelmente a questão da atratividade e que esta, na sua opinião, já não estará muito aquém daquilo que se gostaria e deu, como exemplo, o referido ano de 2024 em que se verificaram 5.000 candidaturas a Contabilistas Certificados. Reiterou a importância que as novas regras tiveram naquele desiderato e, também, como fator fundamental, a já referida isenção das taxas, deixando sobre este ponto uma palavra de reconhecimento para o Conselho de Supervisão que esteve recetivo quanto à isenção das taxas e, citamos *“porque existia a preocupação de que hoje, no estatuto, existe também aquela noção de que quem tem carência económica pode e deve ficar dispensado de taxas, e como é que se iria aplicar essa norma, começámos a aplicação das novas regras de acesso à profissão com a isenção total de taxas.”*. Ainda sobre a questão de atratividade da profissão, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária acrescentou que, na sua opinião, o problema não estará tanto na atratividade, mas efetivamente em conseguirmos passar a mensagem de que profissão é que somos. Mais informou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, daqueles 5.000 candidatos, 2.000 já entraram para OCC no passado mês de novembro. Reiterou a importância deste grande número de novos membros na pirâmide demográfica dos Contabilistas Certificados e ainda, em especial, *“do carinho e de como vamos acarinhar, preparar para o futuro estes que entraram agora na profissão”* e, ainda, acrescentou mais adiante, *“Este caminho é um caminho de trabalho diário. Não é um caminho que se faça uma ou duas vezes, é um caminho que a Ordem, os Representantes e todos os membros temos que fazer todos os dias. Vender e termos orgulho da nossa profissão.”*-----

Continuou a sua intervenção fazendo referência à questão deixada pelo Sr. Representante o António Nabo, quando este referiu que *“temos pouca doutrina e escrevemos pouco”*, contrapondo que existem muitos livros de Contabilistas Certificados, mas que os Contabilistas Certificados, muitas vezes, tinham vergonha de se identificarem como tal, porque, na verdade, quase todos os livros de contabilidade são de Contabilistas Certificados. Existiu, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, e ainda existe, um certo dogma em relação à profissão, que é uma profissão que não tem ainda o orgulho suficiente em ser Contabilista Certificado. Terá sido um erro estratégico do país, no passado, não se enalteceram profissões que são basilares na estrutura de uma economia, acrescentou, estarmos num processo de inversão, processo que teremos que continuar a fomentar, porque senão voltaremos para trás. Ainda quanto à importância da profissão, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou, citamos *“A profissão do Contabilista Certificado é a profissão mais importante das áreas das ciências económicas. É a profissão basilar em toda a*

*informação que a economia tem, trabalha e se debruça.”* -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu-se de seguida ao Sr. Representante João Morcela Reis, e a um trecho da sua intervenção em que referiu “*escrever a história e contá-la*”, afirmando que tal é de facto uma função do Contabilista Certificado, e acrescentou, citamos, “*isto é algo que nós nunca podemos deixar de nos orgulhar desta capacidade, deste privilégio que temos de ser os profissionais que o fazem. Isto significa trabalharmos muito no terreno. (...) todos os dias, com orgulho, e acima de tudo sentirmos que esta profissão é, de facto, a mais importante das áreas das ciências económicas. Tudo se baseia nela.*” -----

Referiu-se de seguida ao ponto dois dos referidos vetores estratégicos elencados no PAO, ‘*promover o desenvolvimento e contínuo reconhecimento da profissão*’, considerando-o como o ponto de ligação, porque, afirmou, sem aquele reconhecimento não haverá retenção de talentos, nem atratividade e nem futuro e, acrescentou, “*a nossa base é efetivamente estes dois pontos aqui. E por isso foram apresentados como os primeiros pontos, que são os pontos que, de facto, levam uma profissão ao sucesso.*” -----

Continuando a sua explanação sobre o PAO, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária deteve-se a seguir no 3.º ponto dos vetores estratégicos, ‘*adotar novos mecanismos de regulação*’, afirmando que se estavam a viver grandes desafios e que o ano de 2024 foi um ano que trouxe muitas oportunidades, mas também difícil e desafiante. Foram adotados variadíssimos novos regulamentos e não foi fácil transpor para a realidade tudo quanto o novo estatuto trouxe, bem como, agora, a obrigação de se executarem aqueles novos mecanismos de regulação, alguns deles questionados, nomeadamente, a comunicação dos contratos e a formação obrigatória. Acrescentou estarmos num ponto de transição, mas que não podemos hesitar em segui-lo, e que a exigência da profissão exigia exatamente aquilo, qualidade e mecanismos de qualidade. Relembrou que, citamos, “*o caminho da regulação e da qualidade não é por via de aplicação de sanções, mas por via do envolvimento dos membros naquilo que é essencial para a profissão, sendo que o fator principal, sem dúvida que é a base da formação profissional. Uma profissão como a nossa não consegue sobreviver, não consegue enfrentar os desafios, não consegue crescer, não consegue ser melhor sem formação. (...) E, portanto, as formações são variadas, eu diria que todas as atividades, os mecanismos e os desafios não são estáticos e, por isso, sofremos e temos que acompanhar estes desafios diariamente. (...) E, por isso, sem dúvida que a formação continuará a ser, nesta adoção dos novos mecanismos de regulação, um ponto estratégico essencial*”. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária continuou a sua intervenção, assinalando a evolução histórica do número de membros da OCC nos últimos anos, dos mais de setenta mil aos atuais cerca de sessenta e oito mil membros, uma descida significativa resultante do abandono normal da profissão, quer pela idade, quer pelos que não exercem e, relativamente a estes últimos, afirmou que é um aspeto positivo e terá a ver com a pressão sobre a formação e sobre o pagamento das quotas, pois que, no seu entender, só deve

estar inscrito na Ordem quem quer ser Contabilista Certificado, sendo expetável que o aumento de número de membros que está a acontecer venha trazer o equilíbrio tão necessário, precisamente em relação àqueles que se retiram da profissão e, citamos, *“por isso, com isto, a nossa perspetiva é esta, é uma perspetiva que eu acho que é otimista, mas que temos obviamente que fazer todos os esforços para que se concretize, porque precisamos efetivamente desta renovação.”*-----

Dissertando sobre outras propostas do plano de atividades para 2025 que considerou serem as principais, destacou como um grande desafio, do ponto de vista financeiro, a reestruturação ou a reformulação dos sistemas informáticos da Ordem, assunto sobre o qual fez um esclarecimento alargado, referindo que estavam em causa os principais meios de comunicação eletrónica da OCC, nomeadamente o Sigma, com 27 anos de existência, e a Pasta CC com cerca de 17 anos. Detalhando a utilização da Pasta CC referiu *“que é o nosso ponto fundamental de comunicação. Todas as questões, cheguem por e-mail, ou não cheguem, ou cheguem por carta, ou vindo diretamente pela Pasta CC, todas são vertidas na Pasta CC, e são respondidas via Pasta CC (...). Na Pasta CC fica o histórico de tudo. E há muitos anos atrás, foi feita esta opção (...).”* Deixou ainda vários exemplos do funcionamento, armazenamento de dados e de comunicações através da Pasta CC que, com os 17 anos desta e os 27 anos do Sigma, é para aqueles sistemas informáticos um período temporal demasiado longo, tendo em conta as atuais linguagens e a evolução tecnológica, adiantando que, por isso, era claramente necessário refazer a Pasta CC e um novo Sigma, investimentos que, no ano de 2025, iriam implicar um esforço financeiro enormíssimo por parte da Ordem, o que adjetivou de *“assustadoras, mas desejadas”*. Referiu ainda que estavam também em causa questões de segurança dos sistemas, desafios que tinham de ser enfrentados e ultrapassados e, no caso da OCC, com sistemas já tão obsoletos, ultrapassados e com linguagens que já não são compatíveis com as atuais tecnologias, era inevitável a necessidade de reformulação de todo o sistema informático, com as preocupações daí resultantes. -----

Do plano de atividades para 2025, destacou também, citamos, *“garantir a consagração do contabilista público”*, assunto que entendia como fundamental e que todos os anos era ali trazido. Referiu que este seria o único ponto de todas as propostas iniciais, de quando se havia apresentado pela primeira vez com um programa à candidatura da Ordem, que não tinha sido cumprido, alegando que tal *“não depende só de nós, claro. Se dependesse de nós, já estaria cumprido. Mas muitos não dependiam de nós e fomos conseguindo concretizá-los”*. Reconheceu que a questão do contabilista público está aquém daquilo que gostaria e aquém daquilo que também já devia estar consagrado na lei, acrescentou, citamos, *“Vamos ver se efetivamente é este o ano em que se concretiza, ou não desistiremos até o conseguir concretizar”*.-----

Referiu de seguida a questão das formações sobre o SNC-AP, designadamente das

reuniões livres do SNC-AP, as quais foram iniciadas em 2024 e a seguir suspensas, esclarecendo que tal se deveu a dificuldade de formadores para as mesmas, até porque, as próprias orientações que existem, do ponto de vista de alguns reconhecimentos das dúvidas são ainda muito escassos, daí haver poucas pessoas que queiram dar a cara por tais matérias. Todavia, era assunto que estava no plano de atividades e, por isso, as reuniões livres exclusivamente de SNC-AP voltariam em 2025, mesmo que não sejam com a periodicidade das outras, procurando-se assegurar alguma dinamização naquela matéria que, mesmo assim, reiterou, ficará aquém do que gostaria. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária continuou a sua intervenção referindo-se ao pacote de alterações de simplificação administrativa, contabilística e tributária, sublinhando que aquele era um dossier que a todos preocupa. Identificou de seguida várias situações motivo de preocupação, destacando a relação com a Autoridade Tributária e a Segurança Social, em muitas vertentes, nomeadamente nos canais de comunicação, nas formas de interpretação, na complexidade e na falta de simplificação. Acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que muitos dos comentários e sugestões dos Srs. Representantes tinham a ver com as empresas e não com os Contabilistas Certificados, facto que considerava natural, porque os Contabilistas Certificados são, efetivamente, um parceiro das empresas, aquele que vive os problemas e as exigências que são aplicadas às empresas e que as cumpre, por isso é natural a mistura dessas duas componentes: as necessidades e os desejos das empresas, com os desejos e as necessidades dos Contabilistas Certificados. É nesta base que, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, o plano de atividades em apreço trazia uma série de propostas de simplificação administrativa, as quais haviam sido apresentadas pela Ordem a uma entidade que foi criada para este efeito e que, independentemente do que já foi apresentado a essa comissão, outras propostas continuariam a ser feitas e continuar-se-ia a pugnar para que tudo se concretize, tendo em vista que as empresas consigam focar-se no que é o seu negócio e que os contabilistas consigam focar-se no que é, efetivamente, a construção de boas demonstrações financeiras, a elaboração e o cumprimento das obrigações fiscais, sem terem que lidar com tantas questões burocráticas, exageradas e que não trazem mais-valia, nem valor acrescentado a ninguém, nem às empresas, nem à economia e nem ao país. Mais disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, em relação às sugestões ali trazidas pelos Srs. Representantes, que todas haviam sido por ela registadas, constatando que muitas delas não eram novas, bem como, se analisado o plano de atividades lá se encontrariam praticamente todas. Outras sugestões houve, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, que também foram apresentadas, que preocupam os Contabilistas Certificados naquilo que é a sua relação com as entidades públicas, perante quem temos que cumprir obrigações, por via ou por representação dos nossos clientes e destacou situações como o site da Segurança Social e o site da AT, com os quais, muitas vezes, referiu, *“ninguém consegue trabalhar assim. (...) Percebo que a informática não é infalível, mas é, de facto, um ponto*

*negativo na nossa profissão, porque estamos dependentes dos sistemas informáticos, e ainda bem, porque ninguém queria voltar às filas nos serviços de finanças para entregar obrigações fiscais, mas, ainda assim, sentimos obviamente na pele todos os dias os constrangimentos destas questões.”*-----

Continuando a sua explanação sobre o Plano de Atividades, referiu-se à disponibilização do “livro da contabilidade” e reconheceu que se tratava de um ponto que já esteve em planos de atividades anteriores e que já devia ter sido concretizado. E aqui, citamos, *“António Nabo, devo-lhe dizer que, praticamente todos os que estão como autores deste livro, são Contabilistas Certificados a criar doutrina.”*. Acrescentou ainda que, na verdade, a maior parte dos livros relacionados principalmente com a parte tributária, são escritos por advogados e por juristas. Será assim porque há ali uma fonte de direito muito forte que também é importante conciliar com as partes técnicas que um contabilista também domina, por isso, concordou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, era bom vermos muitos mais livros da parte fiscal, tributária e contributiva, feitos em conjunto por Contabilistas Certificados e juristas. Afirmou trata-se de um grande desafio, sendo de opinião que a Ordem teria que promover a publicação de mais obras. -----

A seguir a Sr.<sup>a</sup> Bastonária falou sobre a disponibilização descentralizada do atendimento presencial do consultório técnico, também outro objetivo da OCC e um desejo de muitos colegas, mas que, acerca desta questão, teria a mesma opinião que em relação às reuniões livres, porque o número de membros não é igual em todos os distritos, daí um esforço que teria de, nessa perspetiva, ser ponderado, mas que, iria ser iniciado porque a OCC possuía, naquele momento, novos colegas colaboradores da Ordem, de outros locais e que seriam esses locais os escolhidos para a abertura do atendimento presencial nos distritos onde esses novos colegas vão estar sediados, nomeadamente, em Coimbra e em Leiria. Continuou com a informação de que se estava a terminar o ajustamento das instalações de Braga, deixando, ao mesmo tempo, o repto aos Srs. Representantes para visitarem as instalações daquela representação. -----

Referindo-se ainda às sugestões e propostas trazidas à AR pelos Srs. Representantes, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária acrescentou, citamos, *“das vossas sugestões e das vossas intervenções, foi algo que registei com gosto, saber que, de facto, os nossos pensamentos estão em sintonia. O que é bom, porque os pensamentos de uma direção que, no fundo, tem a obrigação de zelar pelo cumprimento de tudo aquilo que nos estamos a propor aqui em termos de plano de atividades, com aquilo que é o desejo dos membros no terreno é, de facto, uma conciliação perfeita. E nós temos aqui, se olharmos para o nosso plano, para as vossas sugestões, realmente, está tudo tão conjugado, que é bom saber que os nossos objetivos, aquilo que são os nossos, eu diria, orientações basilares, estão todas em sintonia. E isso é muito positivo e deixo esta mensagem daquilo que foram as vossas intervenções, conjugada com a apresentação do plano, não podiam estar mais*

*conjugadas.”. -----*

A seguir a Sr.<sup>a</sup> Bastonária deixou algumas considerações acerca do TOConline, desde a sua importância como ferramenta de trabalho para os Contabilistas Certificados, aos investimentos em informática que, como é óbvio, o mesmo obriga, *“primeiro, porque para além daqueles investimentos informáticos que vos disse que iríamos fazer, a nível das nossas bases de dados-mães, diria assim, da Ordem, temos também a vertente do TOConline, que também requer um grande investimento informático.”*. E que, acerca do TOConline, iria ainda falar em mais duas ou três questões. -----

Com efeito e dando continuidade à sua intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária fez uma alongada resenha história sobre o TOConline especialmente no que concerne ao passado recente, da evolução deste, dos problemas de antes e dos que resultaram da rotura com o então fornecedor dos serviços de desenvolvimento deste software, tendo destacado a importância do TOConline como ferramenta fundamental para os Contabilistas Certificados, numa área em que a evolução tecnológica tem sido brutal, citamos, *“Eu tenho muitas dúvidas que se o TOConline não existisse, se tinha ou não existido essa evolução, a nível de todas as outras ferramentas que estão disponíveis no mercado. A concorrência é um fator essencial para o desenvolvimento, e o facto de existir o TOConline, como concorrência, levou a um desenvolvimento brutal de muitos dos softwares que existem no mercado. Por isso, é que enquanto responsável também, e presidente deste Conselho Diretivo, e naquilo que foi o nosso programa original de há 7 anos atrás, sempre dissemos que o TOConline seria algo que privilegiaríamos sempre e que iríamos manter.”*. Mais, recordou que se falou muito de inteligência artificial, de ferramentas informáticas, de necessidades com que todos iriam ter que lidar, mas, referiu, *“temos que as pôr a nosso favor. Temos que pôr a inteligência artificial e as ferramentas informáticas a servir o Contabilista Certificado, para o Contabilista Certificado poder servir melhor o seu cliente.”*. E esse, adiantou, seria também um grande desafio para, no ano de 2025, *“transformar estes desafios em oportunidades.”*. Continuou referindo-se ainda a questões de inteligência artificial e da importância em *“usar da forma correta é aquilo que temos que pensar, e que uma Ordem deve salvaguardar para os seus membros. Daí também, quando formos falar aqui do programa de formação estar muito direccionado para estas novas matérias, em ensinar o Contabilista Certificado a utilizar ferramentas de inteligência artificial a seu favor”*. Ainda sobre este assunto, referindo-se ao SICCC, citamos, *“vai ser fundamental para o futuro do SICCC, como falaram, e estamos a implementar isso. (...) está em curso já a introdução da inteligência artificial no SICCC. O SICCC é uma base de dados, que tem que ser muito mais divulgada, e muito mais utilizada por todos os membros. Estou de acordo com tudo aquilo que disseram. Mas ela estagnou durante uns tempos, é verdade. Está com grandes desenvolvimentos agora, desenvolvimentos muito baseados na inteligência artificial, precisamente no*

*motor de pesquisa que ela deve ter.*”. Ainda retomando o assunto TOConline, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária reiterou que, citamos, *“o TOConline, de facto, é uma ferramenta que tem que evoluir. Quanto mais o TOConline evoluir, mais fará as outras ferramentas que existem no mercado evoluírem (...). E quem deve estabelecer o compasso são os Contabilistas Certificados, de acordo com as suas necessidades. Nós, Ordem, temos o dever de assegurar exatamente esse acompanhamento através do TOConline. E desenvolvendo o TOConline, obviamente, que os outros programas também vêm atrás, e outros estarão à frente. É assim que o mercado se faz, a satisfação das necessidades dos contabilistas se faz.”*. Continuando, e ainda sobre o TOConline, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária disse que o último ano foi de aprendizagem e cumprimento do objetivo inicial, sem defraudar expectativas, todavia sem evolução nos primeiros tempos, verificando-se atualmente um posicionamento diferente, novas funcionalidades a serem disponibilizadas e no caminho certo, acrescentando, citamos, *“no caminho que parámos há cerca de 3 anos atrás”*. Esclareceu também que, algumas das sugestões que foram apresentadas pelos Srs. Representantes, designadamente, os *stocks*, que, de facto, era uma fragilidade, bem como os ativos, também uma fragilidade do TOConline, ambos estavam a ser desenvolvidos, sendo os ativos os primeiros que, provavelmente, seriam disponibilizados.-----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu-se a seguir à formação, outro ponto que, disse, ocupa grande parte do plano de atividades, considerando-a princípio basilar, alegando que todos temos a noção de que a profissão não se consegue desenvolver, manter e cumprir, sem formação adequada, recorrente e a acompanhar as exigências e as necessidades de todos os Contabilistas Certificados. Por isso, a preocupação de, em todos os anos, se apresentar um plano de formação robusto, que corresponda às necessidades e aos desejos de todos os Contabilistas Certificados. Lembrou que as sugestões dos Srs. Representantes também foram muito de encontro a esse entendimento. Assim, além de dotar as reuniões livres com temas mais específicos na perspetiva de as fomentar e para atrair pessoas para as mesmas, também a preocupação de incluir matérias e temáticas em todo o plano de formação que correspondam, efetivamente, às necessidades dos Contabilistas Certificados. Recordou também que, em novembro, foi divulgado o plano de formação para o ano de 2025, para que todos os Contabilistas Certificados possam atempadamente programar a sua vida para aquele ano. Sublinhou que, daquele plano de formação para 2025, constam 118 temas, dos quais 25 novos, divididos por mais de mil formações. São 511 plug-ins, 180 e-learning, 60 “Descomplicar na Hora”, 46 reuniões livres online, 21 reuniões livres do TOConline e 11 reuniões livres do SCN-AP, além de 451 reuniões livres em 42 locais, 3 eventuais previstas, em 31 locais. Referindo-se, por último, à formação segmentada, que estão programas 118, nas capitais de distrito e que era aquele formato de formação que gostaria mais de ver os Srs. Representantes a fomentá-la, referindo, citamos, *“E aí está nas vossas mãos, enquanto Representantes fomentá-la e*

*levá-la a todos os distritos, para que ela seja uma realidade e que seja distribuída ao longo de todo o país. É uma formação que só se dá em dois ou três distritos atualmente.*

*E não é isso que queremos.”*. A seguir qualificou aquele plano como desafiador, esperando que corresponda às necessidades de todos os Contabilistas Certificados. -----

A seguir, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária passou a explanar os assuntos que, objetivamente, influenciavam o orçamento, utilizando, para melhor desenvolvimento e também melhor leitura por todos, uma apresentação gráfica do software PowerPoint, convidando todos os presentes a observar os pontos fundamentais, que passou a destacar. Como eventos para 2025 destacou: o Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados que, pelos motivos conhecidos, não se realizou em 2024; o também previsto 8.º Congresso dos Contabilistas Certificados, esclarecendo que o Congresso é realizado, em regra, de 3 em 3 anos. E, por isso, o ano de 2025 seria o ano para a realização desse evento. Todavia, adiantou que, embora existissem já situações orientadas, não tinha a certeza da sua realização em 2025, podendo ter que ser adiado para 2026. Vários constrangimentos logísticos estavam a por em causa a sua realização em 2025, designadamente, quanto a locais disponíveis em Lisboa; o Encontro Insular, evento que, acrescentou, era para ter sido realizado ainda em 2024, mas que, por diversos motivos, inclusive o período eleitoral, acabou por não se realizar, esperando que, em 2025, viesse a ser realizado, desta vez na R.A. dos Açores; o Dia Nacional do Contabilista Certificado, que continuaria a ser assinalado; o CICA, Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, que também se realizará durante o ano de 2025; o Fórum da IPSASB, da International Public Sector Accounting Standards Board que, mais uma vez, a OCC irá receber em setembro, em Portugal; o 1.º Congresso da UCALP, em fevereiro, que será organização OCC, é um Congresso de organizações de contabilidade e auditoria de língua portuguesa. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária continuou a sua intervenção fazendo referência aos valores das receitas e dos gastos daquele orçamento, afirmando, citamos, *“Um grande Orçamento. Aliás, o nosso orçamento, quer a nível de receitas, quer a nível de gastos, tem crescido desmesuradamente, eu diria. Quando aqui chegámos, tínhamos um orçamento de cerca de 18.000.000, estamos em 27.000.000 de previsão para 2025. O que, de facto, é assustador.”*. Logo acrescentou que, aquele crescimento se devia a três pontos essenciais. Pelo lado das receitas, essencialmente: ao TOConline; aos novos membros; e também ao aumento de 3,00 euros nas quotas. Enquanto que quanto aos gastos destacou: o aumento significativo do IRC, resultante do crescimento muito significativo das receitas sujeitas a impostos, concretamente, do TOConline; os gastos com o pessoal, motivados pela grande aposta do Conselho Diretivo na melhoria dos serviços aos membros, consubstanciando-se pelo aumento do número de colaboradores da ordem, acrescentando que dos 120 colaboradores de há 7 anos passou-se para os atuais 170, o que representava um aumento de cerca de um milhão e trezentos mil euros em gastos com o pessoal, mas esclareceu

que, muito daquele valor diz respeito ao TOConline, cujos serviços eram contratados externamente e passaram a ser executados por colaboradores internos; outro item que também destacou, foram os fornecimentos e serviços externos e, destes, os gastos relacionados com consultores e formadores, afirmando, citamos, *“tudo aquilo que aumenta em termos de receita, pois aumenta também muitas vezes nos custos diretos ou indiretos, conforme lhe queiram chamar, relacionados com esses serviços que são prestados”* e referiu ainda as depreciações e amortizações, resultantes do aumento de investimentos que a ordem tem feito. Mais acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, referindo-se ao balanceamento entre rendimentos e gastos, citamos, *“seria bom que aumentássemos a nossa margem, mas também não é esse o objetivo de nenhuma associação. Nós somos uma entidade reguladora, mas acima de tudo, uma associação do setor não lucrativo. O nosso objetivo não é o lucro, é obviamente a sustentabilidade, mas investir e utilizar as receitas e pô-las ao serviço dos membros. E é isso que está e que podem ver explanado no plano de atividades e no orçamento para 2025.”*. Mais disse que, aquele era o orçamento que queria e que era um orçamento de contenção, direcionado para os serviços aos membros, focado nos membros e em tudo aquilo que se pode melhorar e fazer melhor. O ano de 2024 havia sido de muitos gastos, muitas reestruturações e muitas reformulações, além do aumento de preços que continua a ser significativo e exponencial e assim, dentro daquelas expectativas e dos desafios que a Ordem terá ainda de implementar no âmbito das novas regras estatutárias, aquele era efetivamente um orçamento praticável, mesmo considerando a realização do Congresso e lembrou o Congresso de 2022 e os custos incontrolláveis do mesmo, num período pós-pandemia, alertando para a cuidado de houve em acautelar idêntica contingência no que respeita a 2025, citamos, *“Mas já antecipando essa situação, tivemos mais cautelas no Orçamento para 2025, para acomodar e retirar outros custos, em prol da realização do congresso.”*. Sublinhou a seguir que, naquele PAO, não estava prevista a venda, ou o resultado da eventual venda, do imóvel da Avenida Gago Coutinho, embora a Ordem continuasse empenhada na venda. Assim, pela incerteza e também porque já havia empolado outras contas, foi entendido que era prudente não o incluir no Orçamento, acrescentando ainda que a venda de qualquer património da Ordem será sempre motivo de preocupação e algo que terá de ser feito, sempre, com muito cuidado, transparência e o equilíbrio necessários, para não levantar dúvidas, lembrando, como exemplo, todos os procedimentos aquando da venda do imóvel da Avenida 24 de julho que, citamos *“foi o mais transparente possível. Aliás, foi seguido por todos os presidentes de todos os órgãos que existem na Ordem, mas ainda assim, nós temos muitas suspeitas a ser colocadas sobre o Conselho Diretivo e sobre a Ordem, num processo completamente transparente, em que inclusivamente, o nome da Ordem é posto em causa, tendo sido feitas participações a órgãos de soberania sobre esta matéria, completamente injustificadas. (...) sabemos,*

*obviamente, que são matérias sensíveis, vendas de edifícios, que geram rendimentos, que geram resultados, que geram, obviamente, possibilidade de haver menor transparência, geram desconfiança.”. Continuando e referindo-se ainda ao imóvel da Avenida Gago Coutinho, acrescentou, “mas enfim, herdámos este problema, temo-lo e vamos tentar geri-lo, vendendo a Gago Coutinho, que só nos causa problemas e não traz mais-valia para nenhum membro e, portanto, tirando a própria valorização que o próprio imóvel possa trazer na sua hipotética venda, efetivamente, não trouxe mais nada ao serviço dos membros.”. -----*

Após estas considerações, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária falou, a seguir, sobre o plano anual de investimentos, salientando, de novo, o valor elevadíssimo que estava previsto em desenvolvimentos informáticos e que, até por isso, o ano de 2025 teria que ser um ano de contenção. A concretização de tais investimentos obrigaria a, citamos, “fechar um bocadinho, como se costuma dizer, os cordões à bolsa, porque o dinheiro é necessário para nos focarmos nisto e para, depois, podermos servir melhor os membros.”. Destacou ainda outros investimentos em ativos fixos, estes especialmente os relacionados com edifícios e outras construções, concretamente os relacionados com Representações, quase todas elas precisando de obras, deixando uma nota, em especial, para o caso de Viana do Castelo, tendo referido, “Uma palavra aqui para Viana do Castelo e também para o comentário que foi aqui feito: se os colegas de Viana do Castelo já não têm como dizer aos membros o porquê de não termos ainda a nossa delegação aberta – temos lá só uma salinha – para nós, Conselho Diretivo, ainda é mais vergonhoso. Portanto, de facto, (...) posso dizer-vos, e eu nestas coisas gosto de ser muito pragmática e assumir os próprios erros, (...) eu diria que foi o maior erro de gestão que fizemos, foi na compra daquelas instalações de Viana do Castelo. Pronto. E estas coisas são o que são, e temos que as assumir. Estamos agora a mudar a estratégia, para irmos para outro espaço, porque aquele que comprámos não se está a conseguir concretizar, em termos de licenciamentos, e em termos do desenvolvimento. E, portanto, agora, neste momento, o nosso foco é mudar essa perspetiva. Não há desculpa para apresentar aos colegas de Viana do Castelo, neste tempo que tem demorado todo este processo. Há apenas a necessidade de resolvermos rapidamente, porque só com a resolução do problema é que este problema estará ultrapassado. E, portanto, há que assumir (...). E lamentar, e pedir, acima de tudo, desculpas, porque obviamente que nós, enquanto órgão de gestão, somos os responsáveis por tudo aquilo que está a acontecer e por não termos uma delegação já aberta em Viana do Castelo, quando está prometida, comprada há não sei quantos anos, e ainda não foi possível concretizá-la. Por isso, é também, aqui umas palavras especiais para Viana do Castelo, que não foi por falta de vontade, foi um erro que se cometeu, na compra de instalações que não corresponderam àquilo que era expectável. E que não foi possível licenciar, e que nem sei se será possível licenciar”. -----

A seguir, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária destacou os rácios previsionais resultantes daquele orçamento, considerando-os sólidos e sustentáveis, dignos de serem apresentados pela Ordem dos Contabilistas Certificados, afirmando ainda que, citamos, *“mais uma vez, continuamos no bom caminho, no caminho da sustentabilidade, que é aquilo que sempre privilegiámos nestes últimos 7 anos.”*.-----

Por último, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, afirmando que se tratava de algo do qual não podia deixar-se orgulhar e que foi um dos pontos de compromisso com todos os membros, referiu-se ao histórico da evolução do endividamento da Ordem durante os últimos sete anos, afirmando, citamos, *“dissemos que tudo faríamos para nunca contrair qualquer tipo de financiamento, que queríamos contas sustentáveis e que dessas contas sustentáveis é que faríamos os desenvolvimentos e os investimentos que a Ordem precisasse. E tem sido isso que tem sido assumido ao longo destes anos. E, portanto, este gráfico, para nós, significa muito. Nós, já com 2025, vamos descer 70,2% o endividamento da Ordem. Isto é muito significativo, meus caros. Não só não recorreremos a nenhum tipo de financiamento com tudo o que temos feito, e tem sido muito, ao longo destes 7 anos, como temos reduzido significativamente todo o endividamento da Ordem. Em 2017, tínhamos 10.000.000 de endividamento. No final do ano de 2025 contamos ter 3.000.000 de endividamento. Isto é, meus caros, algo assinalável. Com todas as dificuldades, todos os investimentos, todos os desafios, melhores serviços, melhores recursos para os membros, melhores investimentos, conseguir-se isto, é um feito, que eu acho que é assinalável.”*. E terminou a sua intervenção com um agradecimento a todos, não sem antes ter acrescentando, citamos, *“sem dúvida que esta é uma marca que ficará para sempre com este Conselho Diretivo. Por isso, continuamos a dizer que este é um ponto de honra muito importante para nós e que é este que queremos privilegiar nos próximos 4 anos.”*.-----

De seguida, o Sr. Presidente do MAR questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra, não sem antes informar que o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, por afazeres profissionais, não podia estar presente, sendo o Parecer daquele órgão, favorável à aprovação pela Assembleia Representativa do PAO apresentado pelo CD para o período de 2025, conforme transcrição na última página do PAO. -----

Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do círculo eleitoral de Évora; José Soares Roriz, CC 25291, do círculo eleitoral do Braga; João Carlos Simões Figueiral, 61756, do Círculo eleitoral de Viseu; Carlos Manuel Pera Nunes, CC 21009, do círculo eleitoral de Faro; Armando Jorge de Barros e Silva Machado, CC 35374, do círculo eleitoral do Porto e Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12255, do círculo eleitoral dos Açores. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Nabo que iniciou a sua intervenção informando que, em relação ao PAO, tinha três notas, muito breves, sendo a questão da sustentabilidade a primeira que, com ênfase, mencionou, citamos, *“sustentabilidade,*

*sustentabilidade, sustentabilidade! Não temos praticamente referências, tirando pelo menos um parágrafo, a esta matéria. Esta matéria vem aí, a gente não consegue fugir dela. Uma nota”. A segunda nota que o Sr. Representante aludiu foi a questão da doutrina, acrescentando, citamos, “já vi que a nossa Bastonária está sintonizada comigo em relação à questão da doutrina, mas eu vou continuar a deixar aqui o desafio. Nós vamos mudar a questão dos colégios de especialidade e o desafio é para vocês, e para mim também, que a gente concorra aos colégios de especialidade, que escreva, que publique. Temos que fazer doutrina.”. O Sr. Representante terminou a sua intervenção referindo, como última nota, a questão internacional, citamos, “Aquilo que a gente tem estado a desenvolver é interessante, é importante, mas temos que desenvolver este aspeto de forma mais forte. Nós somos uma ordem muito importante, e temos que ter uma visibilidade lá fora maior. Aquilo que está aqui proposto neste orçamento, está semelhante aos anos anteriores, e o meu desafio é que nós consigamos, de facto, influenciar de forma cada vez mais forte as questões internacionais, porque é de lá que vêm as normas. A gente não faz normas aqui. As normas são feitas lá.”.-----*

Dada a palavra do Sr. Representante José Roriz que, após cumprimentar o Sr. Presidente e demais elementos da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e todos os demais membros da OCC, incluindo os colegas presentes nas galerias, desde logo esclareceu que estava naquela AR para falar em nome dos colegas representantes pelo distrito de Braga, mas, sobretudo, em nome dos colegas por eles representados e que, nessa qualidade, a pedido e em nome dos representados, queria agradecer à Sr.<sup>a</sup> Bastonária pelo cuidado que tem tido com as instalações da representação de Braga, acrescentando, citamos, “porque os colegas que conhecem as instalações de Braga, se fossem lá hoje, não as conheceriam.”. Continuando, o Sr. Representante agradeceu também pelo cuidado havido com a indicação das pessoas para o atendimento técnico permanente naquela representação, mas, ao mesmo tempo deixou um desafio à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, citamos, “na proposta do Plano de Atividades para 2023, dizia-se que as receitas que iam ser arrecadadas com a alienação dos edifícios da 24 de Julho e da Gago Coutinho, que seriam alocadas em investimentos, no interesse dos membros, não é? Incluindo a construção de um auditório, na representação de Braga. Depois, no Plano de Atividades para 2024, voltou-se a falar na alocação das receitas que viessem a ser conseguidas com a venda do imóvel da Gago Coutinho aos investimentos necessários à expansão dos serviços prestados aos membros. No Plano de Atividades para 2025, não há qualquer referência. E aquilo que nos desafiam a colocar à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, e eu digo, que nos colocam para desafiar a Sr.<sup>a</sup> Bastonária (...) não somos nós, são mesmo os membros, é se o projeto de Braga foi abandonado. Nós temos consciência de que o valor que terá que ser envolvido é significativo. Em 2025, não vai ser, de certeza, mas desafiámo-la a transmitir-nos qual é a ideia que há sobre este auditório, porque obviamente, nós temos que dar a resposta às

*peçoas que confiaram em nós, para defender os seus interesses.”. Terminou a sua intervenção com votos de bom Natal e um ótímo ano para todos. -----*

*Dada a palavra ao Sr. Representante João Figueiral que, desde logo informou trazer dois pontos dos quais pretendia dar nota, mas que, citamos “um deles o colega António Nabo já o trouxe, já não vale a pena. E o segundo tem a ver com uma apreciação aqui sobre a demonstração de resultados previsiona e o plano previsiona, que assenta, (...) em vendas, em crescimento de prestação de serviços e alicerçado, depois, em custos fixos, salários e fornecimentos e serviços externos, mas que cujas receitas derivam, o crescimento, essencialmente de joias, taxas e quotas, pronto, em variação de quotas, que poderão variar muito num futuro muito próximo, e poderá haver aqui depois um desequilíbrio futuro, e (...) se isso estará acautelado para o futuro, este possível desequilíbrio futuro.”. -----*

*Dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Nunes que, após cumprimentar a MAR na pessoa do Sr. Presidente, Conselho Diretivo na pessoa da Sr.ª Bastonária, o Conselho Jurisdicciona, os membros presentes do Conselho Fiscal, os membros do Conselho de Supervisão, os Srs. representantes e todos que, da plateia, acompanhavam a AR, continuou a sua intervenção, e no que dizia respeito ao PAO, destacou: a preocupação relativamente ao envelhecimento e da importância dada para a retenção de novos colegas contabilistas, posicionamento que considerava uma excelente decisão do Conselho Diretivo e da Sr.ª Bastonária; o reconhecimento da profissão que considerou necessário, citamos, “temos que ser reconhecidos, nós somos excelentes profissionais, nós temos que ser reconhecidos como tal. Saber reinventar, tenho ouvido nos últimos tempos, e bem, temos sido reinventados, não só na nossa profissão, mas também na nossa Ordem, em muitos aspetos”; do TOConline considerou que é uma vitória na qual muitos não acreditavam, citamos, “os meus parabéns. Estamos no bom caminho e é o nosso TOConline e nós devemos lutar para ele”; do reconhecimento e regulamentação do contabilista público, considerou-o necessário, citamos, “temos que manter este foco, e temos que conseguir, porque o número de organismos públicos e o número de contabilistas públicos é imenso, e eles precisam do nosso apoio. E precisam do reconhecimento, não só enquanto contabilistas públicos, mas enquanto contabilistas públicos que são Contabilistas Certificados, porque são as nossas contas públicas. É o reconhecimento das nossas contas públicas. E não podemos ter lá profissionais que não têm o devido reconhecimento ou o devido conhecimento para tomá-las robustas e como deve ser, tal como as da nossa Ordem”; das contas considerou que, elas são, mais uma vez, sinónimo de rigor e transparência e que, na sua opinião, disso ninguém terá dúvidas, bem como, citamos, “Se estão bem sustentadas e se são sustentadas, como aqui foi referido, não só são sustentadas, mas são bem sustentadas.”. Por fim, fez alusão a uma aposta do Conselho Diretivo e da Sr.ª Bastonária, citamos, “que foi feita em 2024, e acho*

que deve ser para 2025, da academia à profissão de Contabilista Certificado. A nossa renovação passa por uma aposta dessa necessidade, porque o rejuvenescimento desta profissão, da nossa profissão, tem que passar por aí, captar profissionais, novos profissionais na academia. Dra. Paula Franco, tem o meu voto, tem o voto dos nossos Representantes, tem o voto dos algarvios.” Terminou com votos de boas festas para todos. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Armando Machado que, após cumprimentar o Sr. Presidente e demais membros da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e demais membros do Conselho Diretivo, a Sr.<sup>a</sup> Presidente e demais membros do Conselho de Supervisão, o Sr. Presidente e demais membros do Conselho Jurisdicional, o Sr. Presidente e demais membros do Conselho Fiscal, a Sr.<sup>a</sup> Provedora dos destinatários dos serviços, os colegas membros da AR e os colegas que, de alguma forma, estavam a assistir à AR, desde logo informou estar naquela AR, citamos, “em representação, ou melhor, a desempenhar as funções de porta-voz do grupo de membros desta Assembleia Representativa, eleitos pelo círculo eleitoral do Porto”, e continuou a sua intervenção fazendo menção ao que denominou “primeira nota” acrescentando, citamos, “Assinámos, o Porto está absolutamente solidário, e mais do que solidário, absolutamente alinhado com estes três vetores estratégicos escolhidos pelo Conselho Diretivo para o seu Plano de Atividades para o próximo ano. O combate ao envelhecimento da classe, a promoção da retenção ou a tentativa de reter talentos, e de reter jovens e reter talentos na profissão; a promoção do desenvolvimento contínuo e do reconhecimento da profissão; e a adoção de novos mecanismos de regulação.” Lembrou que aqueles três vetores são questões importantes e que, há muito, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária tem, recorrentemente, dito que, citamos, “não descansa enquanto não elevar a profissão de Contabilista Certificado ao topo das profissões na área das ciências empresariais, o que está absolutamente alinhado com o segundo vetor. E, relativamente ao primeiro vetor, também me dispense de fazer mais comentários, porque também tem sido recorrente. Portanto, nós assinamos por baixo disto”. Mais, acrescentou o Sr. Representante que o Porto, referindo-se aos contabilistas que ali representava, estava, citamos, “absolutamente impressionado e rendido à forma como o Conselho Diretivo conseguiu sanear as contas, sanear a estrutura de financiamentos da Ordem. E, portanto, também neste aspeto, o Porto vem aqui prestar, de alguma forma, o seu elogio e o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Conselho Diretivo nesta matéria.” -----

Aludiu, a seguir, a algumas verbas constantes do PAO, designadamente aos gastos orçamentados em investimentos em curso e em ativos fixos tangíveis no Porto e, no âmbito dessa matéria, deixou um apelo ao Conselho Diretivo e, em particular, à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, “para que, dentro do possível, dentro daquilo que for possível e se o orçamento de 2024, os valores orçamentados para 2024 ainda o permitirem, que não

*deixem de ser executados os corrimões aqui nas laterais ao palco. Essa era uma questão que nós não queríamos abrir mão (...). Depois, nós supomos e parece-nos mais ou menos óbvio que todos os valores orçamentados para o imóvel do Porto terão a ver, eventualmente, com a requalificação do 3.º piso para o departamento técnico (...). Porém, nós estamos a precisar, nós entendemos que deve ser reequacionada, (...) a ampliação do 4.º piso. Porquê? Por uma razão muito simples. A família está a crescer (...), há necessidade de ampliar o 4.º piso. E, portanto, gostávamos muito que isso fosse considerado ainda em 2025, se possível, senão em 2026. (...) estamos absolutamente conscientes que será uma mais-valia para o edifício e, por maioria de razão, para a classe.”* -----

Elencou, a seguir, os vários eventos previstos no PAO para o ano de 2025 e respetivas localidades escolhidas para tal e propôs, citamos, *“o que é que nós queríamos que fosse considerado seriamente? A possibilidade de, se – se! – neste próximo ano avançar o Festival do CC, no formato em que aconteceu no passado dia 30 de novembro com o sucesso que todos conhecemos, nós achamos que o Porto tem que ser obrigatoriamente o local onde deve ser organizado o 2.º Festival. (...) gostaríamos muito que o Conselho Diretivo equacionasse esta possibilidade, de deixar o Porto organizar o 2.º Festival do CC, se for esse o formato”*. Terminou dirigindo-se à Sr.ª Bastonária e ao Concelho Diretivo, deixando um desafio, citamos *“acreditem que o Porto é, desde já, candidato a organizar o 1.º Encontro Europeu do Contabilista. Nem que seja preciso mover montanhas, se for preciso, seja no Palácio de Cristal, seja no Estádio do Dragão, seja na Torre dos Clérigos, nós resolvemos (...). Sr.ª Bastonária, pedimos-lhe encarecidamente que nos considere esta candidatura, por favor (...). Gostávamos muito de o fazer”*.” -----

Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro que, desde logo, afirmou que era muito importante falar sobre o PAO e que, sobre este tinha, citamos, *“alguns pontos que foram falados por nós, e que queremos aqui transmitir também a todos os colegas aqui representados (...) O justo valor do contabilista, a avença, os valores a pagar, quer seja como empregado, quer seja como empresário.”*. Sobre este último ponto referiu-se ao contrato coletivo de trabalho do sector que, na sua opinião, precisa de ser melhorado para que, citamos, *“a igualdade e a justeza do nosso trabalho esteja num nível bem melhor e que a gente acabe de falar nessas grandes diferenças”*, fazendo relação deste ponto, também, com o problema das avenças baixas. Continuando fez alusão à relação da Ordem com a Segurança Social e com a AT, pontos que também eram motivo de preocupação nos Açores, embora nos Açores exista, citamos, *“uma relação muito amigável com a AT e com a Segurança Social, mas há que melhorar muito”*. Acerca dos inventários e da questão de comunicação poder ser dispensada para alguns comerciantes, destacando, contudo, com ou sem obrigação de comunicar, a importância

destes nas contas das empresas. -----

A seguir tratou desenvolvidamente o assunto dos vários eventos realizados pela OCC, destacando: a festa de Natal, alegando que nos Açores também gostariam de ter uma festa de Natal, citamos, *“nem que seja um ano em cada ilha”*; os congressos em que a Ordem participa, inclusive, aqueles que se realizam fora de Portugal, citamos, *“temos colegas que gostariam de saber se podem ir aos congressos e às organizações fora de Portugal”*. Sobre este assunto sugeriu que a Ordem levasse aos Açores os eventos internacionais que organiza, porque, citamos, *“temos capacidade também de os realizar, é uma questão de um desafio.”*; a importância da realização de encontros com os empresários, citamos, *“fundamental para nós ter essa relação, ter encontros, não só entre nós, mas também entre a classe empresarial para até acreditar e melhorar muito o valor do contabilista”*; referiu-se a seguir ao Encontro Insular dos Contabilistas, dirigindo-se à Sr.<sup>a</sup> Bastonária e Conselho Diretivo, alegou que, aquela designação fosse alterada para Encontro Açoriano de Contabilistas, porque, citamos, *“Porquê? Nós sendo uma região arquipelágica, o insular é uma coisa já passada e antiga”* e, acrescentou ainda, citamos, *“Porque não o Encontro Nacional uma vez nos Açores? (...) E tal e qual como se realiza em Vila Real, ou em Lisboa, no Porto, é o Encontro Nacional, nós também gostaríamos, se vai existir o Encontro Açoriano de Contabilistas, com a participação de todo o país...”*.-----

Continuou a sua intervenção, referindo-se à formação e dando nota de um telefonema que recebeu de um colega, de cujo teor fez leitura, citamos, *“eu quero saber as formações, mas eu perco-me naquele site, porque eu nunca sei, porque é tanto tipo de formação e tenho que dizer um tipo de formação”*. Pelo quão pertinente lhe pareceu este assunto o Sr. Representante sugeriu, alegando tratar-se de uma melhoria, a inserção de filtros de pesquisa na área da formação do portal da OCC, de modo a que, facilmente, pudessem ser consultadas todas as formações calendarizadas para qualquer cidade ou ilha dos Açores. Ainda no âmbito da formação, o Sr. Representante deu ênfase à questão dos manuais e das especificidades quer dos Açores, quer da Madeira, alertando para a necessidade, tanto nos manuais como dos Srs. Formadores, terem em conta as particularidades daquelas Regiões Autónomas, citamos, *“temos especificidades (...) também e, portanto, conseguir que o manual e a maneira como os nossos preletores, que são muito bons a explicar todos os temas, que tenham em atenção as taxas que são aplicadas nos Açores, que muitas vezes confundem, se não for dita a respetiva taxa, confunde-se com outras taxas, e os colegas aí, não ficam satisfeitos com essa questão.”*. Por último, o Sr. Representante deteve-se opinando sobre o orçamento, e que, para além dos resultados que, adjetivou com, citamos, *“Muito bem”*, tinha opinião sobre a questão das remunerações e, citamos *“eu tenho aqui uma maneira própria de ver as coisas, e aqui falarei mais em nome pessoal do que em nome dos colegas (...), é que a correlação entre a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e os outros órgãos, às vezes, torna-se aqui ténue. E nós temos que*

*perceber uma coisa. A Sr.ª Bastonária trabalha 24 horas para isso, e o Conselho Diretivo, e penso que ela tem que ser, pela positiva, mais evidenciada. E não me chocaria nada se estes valores fossem superiores, quer seja para a Sr.ª Bastonária, quer seja para os membros do Conselho Diretivo, porque eles trabalham 365 dias para nós. (...) Em relação aos outros órgãos não poderei dizer isto. Trabalham as horas que estão calendarizadas.”*-----

Por último afirmou que, em relação ao *site*, tem recebido muitas opiniões de colegas, que lhe falam, citamos, *“que o site não é amigo, não é rápido, não traz rapidamente uma questão de poder chegar aos temas, quer seja de formação, quer sejam de pesquisa.”* E sobre este assunto o Sr. Representante alertou para as necessidades de melhoria daquele serviço da OCC para que, citamos, *“seja mais nosso amigo, mais rápido (...) o nosso tempo é sempre muito curto para ler tudo, e que seja mais fácil (...)”*. Terminou desejando boas festas para todos.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.ª Bastonária para, querendo, responder às solicitações ou tecer alguns esclarecimentos sobre as intervenções e as reivindicações efetuadas pelos Srs. Representantes. -----

No uso da palavra, a Sr.ª Bastonária, começou por deixar uma palavra de apreço para os responsáveis pela contabilidade da Ordem, Ana Teresa Pina e André Martins e, também, para a Sr.ª Diretora tesoureira, Cristina Pena Silva, que, segundo a Sr.ª Bastonária, são uma parte fundamental deste orçamento e, citamos, *“por isso, um apreço muito grande para os três.”*-----

A Sr.ª Bastonária continuou respondendo às questões deixadas pelos Srs. Representantes. Começou por responder ao Sr. Representante António Nabo e sobre o assunto da sustentabilidade, afirmou, citamos, *“não queremos esta área, mas sabemos que vamos ficar com ela. Mas é como lhe digo, muita tinta ainda vai correr (...). Muita tinta ainda vai correr e todos sabemos. Agora, toda a gente se põe em bicos dos pés. No fim, vem parar ao nosso colo. Mas é assim, estaremos cá para acolher o que for necessário. Não estou a dizer que não temos que a abraçar, não estou a dizer. Estou a dizer que não gostaria de ter que a abraçar, não gostaria que os contabilistas tivessem que a abraçar, porque os contabilistas já têm muitas matérias para tratar. E era bom que tratassem bem essas. (...) a formação pode não evidenciar já tanto isso propositadamente, deixo-lhes já esta nota, mas obviamente que a Ordem nunca sairá daquilo que é a sua função pública e se tivermos que o abraçar, abraçamos. Agora, os que se põem em bicos de pés, que avancem primeiro. Nós lá estaremos na retaguarda, a fazer o trabalho depois, como sempre. São questões estratégicas.”*-----

Em relação à questão internacional, a Sr.ª Bastonária lembrou que a OCC tem um posicionamento em todos os organismos internacionais, nos quais, Portugal e a OCC, têm relevância e voz enormes, e citamos, *“somos muitíssimos reconhecidos, no IFAC, está o*

*Dr. João Ferreira da Silva a assessorar um dos membros do Board; O Nélson Ferreira é presidente da FCM nesta altura, e estamos também no Board da EFAA. Estamos na presidência da UCALP, estamos na vice-presidência do CILEA, (...) estamos em todo o lado. (...) Não é que, enfim, Portugal tenha ou beneficie, mas é importantíssimo para todos, obviamente, a relação internacional e nós apostamos muito nas nossas relações internacionais. (...) eu confesso que me afasto sempre um bocadinho dessas funções, porque eu estou muito focada em Portugal, e nós temos tido muitos desafios, mas não deixo os outros. (...) a nossa visibilidade é muito grande lá fora. (...), muitas vezes, termos que nos focar em muitos dos acontecimentos – foi a pandemia, foi a alteração dos estatutos – leva-nos a não poder aceitar todos os desafios lá fora, mas obviamente estão sempre em cima da mesa. O que é importante é nós mantermos sempre uma reputação muito alta.”. -----*

A questão do contabilista público foi o ponto comentado de seguida pela Sr.<sup>a</sup> Bastonária, fazendo também ligação à questão trazida à AR pelo Sr. Representante Carlos Nunes, acerca do qual a Sr.<sup>a</sup> Bastonária lembrou que a OCC irá, em 2025, organizar de novo o evento da IPSASB, acrescentando, e citamos “*a IPSASB é a entidade que regula, que emana as normas da Pública. E escolheram a OCC para organizar já duas vezes este evento. Não foram escolher nem o Ministério das Finanças, nem a DGAL, nem a UniLEO, que são as entidades que, em Portugal, gerem esses processos (...), não é por acaso que estas coisas acontecem.*”. A seguir, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária alertou para os custos enormes que aqueles eventos trazem à Ordem, por isso, citamos, “*temos que dosear*” face às muitas solicitações que chegam à OCC, porque cada um daqueles eventos custa, segundo a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, no mínimo, 200.000,00 a 300.000,00€ e acrescentou, citamos, “*a nossa visibilidade é enorme e queremos que essa visibilidade exista e estamos lá sempre presentes. Mas percebo o que diz, ainda temos que fomentar mais, porque é muito importante, obviamente, para todos, este desenvolvimento. Mas só para fazer aqui a ligação também aqui à questão do contabilista público.*”. -----

Respondendo ao Sr. Representante Dr. José Roriz acerca das obras na representação de Braga, considerou que o que tem sido feito são pequenas coisas, questões muito cirúrgicas, mas que fazem muita diferença e lembrou que, citamos, “*o investimento na nossa delegação de Braga tem, e tinha como objetivo, a construção de um auditório.*”. Mas alertou, desde logo, que a construção do auditório é um processo muito complexo, desde a elaboração de um projeto daquela natureza até ao licenciamento. Falou a seguir nas muitas participações que chegam ao Ministério Público por quaisquer iniciativas da OCC, que embora desprovidas de substância acarretam desconforto, dificultam a ação e não acrescentam valor e, continuou, citamos, “*de facto, existem algumas perseguições em relação a estas matérias que nós temos que obviamente saber, que quem está nestes lugares é assim, faz parte, e já sabemos que acontece. Sabemos que a delegação de Braga*

*é muito visada em relação a tudo isto. E estão 1.500 olhos em cima da delegação de Braga, nunca no bom sentido, no mau sentido. E, portanto, é um projeto que tem que ter, obviamente, sustentabilidade, vai demorar muitos anos. Em 4 anos, eu não vou conseguir fazer o auditório. Só o licenciamento da primeira parte, de concursos públicos... há aqui muitos colegas que, se calhar, até trabalham com concursos públicos e sabem o que é a realidade de trabalhar com concursos públicos (...), para fazermos um concurso público temos que contratar uma equipa para fazer o caderno de encargos. Para fazer o caderno de encargos, temos que fazer concurso público para ter essa equipa para fazer um caderno de encargos. (...) Isto é tudo a multiplicar por meses. Não é só por dinheiro. É que o dinheiro, às vezes, é o menor dos problemas nestas questões operacionais.”*

Lembrou, de novo, o problema do licenciamento da representação de Viana do Castelo, cuja situação é exemplo nestes casos, e citamos, *“temos que ter cuidado. Cada dinheiro que gastamos é dos membros.”*. Logo, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afiançou que, aquele projeto não ficaria para trás, mas *“digo-vos já que duvido que o faça no meu mandato ainda. Acho quase impossível de o fazer. Só esse tempo leva hoje em dia um licenciamento, a pormos concursos cá fora. Infelizmente é assim.”*. Lembrou ainda que as atuais instalações são dignas, permitem as reuniões livres, deixando ainda a dúvida quanto à questão do auditório naquela representação, citamos, *“gostaríamos muito de ter um auditório, mas se calhar até temos que repensar um bocadinho se é esse o objetivo, ou se hoje há um afastamento dos presenciais e, se calhar, temos que investir noutras coisas, e aquele pavilhão que lá está chega. Enfim, é uma reflexão que eu vou trazer para Braga, e que vamos fazê-la em conjunto (...). Porque nós já temos ali umas instalações muito dignas. As instalações de Braga tinham dois ou três objetivos, que era primeiro assegurar as reuniões livres, já assegura. Ter estacionamento, tem. Esses eram os pontos fundamentais, coisa que Lisboa e Porto, por exemplo, não têm (...). Por isso, já asseguramos ali muita coisa. Não temos um auditório com 600 lugares ainda, não, mas será que nesta altura em que o presencial está a ser muito substituído pela distância, será que ainda se justifica? Vamos pensar nisso, vamos pensar se aquele pavilhão não tem as condições necessárias já para aquilo que é o necessário. Porque aí sim, é o ponto do país que tem mais presenças nas reuniões livres, temos um sítio para as reuniões livres, que era realmente o nosso foco e a nossa grande preocupação (...). E é um projeto muitíssimo complicado de fazer, como devem imaginar, com muitos milhões e muitos olhos em cima, e concursos públicos e construção (...), vamos amadurecer a ideia (...), é este o ponto efetivamente, não foi abandonado nem tem que ser abandonado, e serão sempre os colegas de Braga a decidir isso. Se vamos conseguir concretizar nestes próximos 4 anos no mandato, acho que não vamos conseguir concretizar, nem temos timing para isso.”*

Continuando, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu-se à questão do equilíbrio das contas, trazida pelo Sr. Representante João Figueiral e, sobre este assunto, fez uma alongada explanação sobre

os principais gastos e rendimentos orçamentados no PAO para 2025, fundamentando a evolução dos mesmos e reiterando os princípios do rigor, prudência e equilíbrio em todos os itens. Os fornecimentos externos e os custos com o pessoal mereceram especial destaque, sublinhando acerca dos custos com o pessoal, citamos, *“Uma parte significativa dos custos com pessoal está relacionada com o TOConline, como disse, são salários muitíssimo elevados. As remunerações na Ordem têm subido muito, porque nós se queremos qualidade, não conseguimos ter, obviamente, salários que não sejam compatíveis com o mercado”*. Deixou ainda um apontamento sobre as remunerações do órgão de gestão da OCC, assunto ali aludido pelo Sr. Representante Emanuel Cordeiro, ao que a Sr.<sup>a</sup> Bastonária respondeu, e citamos, *“estamos perfeitamente confortáveis, mas agradeço a consideração nesse ponto”*, acrescentado ainda *“o Bastonário sempre foi a remuneração mais alta na Ordem, mas significativamente mais alta. (...) hoje, efetivamente, temos vários colaboradores com salários superiores ao meu. E é normal que assim seja, o mercado assim o dita e, portanto, é assim que as coisas acontecem. O que queremos é ter bons serviços para os membros, deixar uma herança e um legado de que as pessoas que estão dentro da Ordem estão formadas e que estão preparadas para enfrentar os desafios.”* -----

Reiterou ainda as questões de sustentabilidade e equilíbrio nas contas, para as quais as questões salariais, no seu global, concorrem com peso significativo e, citamos, *“vamos ver até quando conseguimos manter, porque os salários, de facto, em Portugal, têm subido muito. Mas este equilíbrio é um equilíbrio que fazemos sempre, e eu tenho sempre esse cuidado. Portanto, acho que a sustentabilidade, mesmo com a diminuição de membros, mesmo com o envelhecimento da profissão está, para já, assegurado a 10 anos, eu diria. Claro que isto depois muda muito rapidamente, mas, para já, parece-me a mim que, do ponto de vista da projeção para o futuro, está tudo assegurado nesses termos.”*. Retomando a questão de investimentos e do questionado, ainda, pelo Sr. Representante Dr. Roriz sobre as delegações e sobre as vendas e os investimentos, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária lembrou que, os investimentos não precisam de ser só em tijolo, afirmando, *“ter (...) equipas coesas, com salários que nos permitem (...) uma qualidade, que é difícil de atingir, e isso também é investimento. E, portanto, tudo isto é investimento, naquilo que é o futuro que estamos a criar. E, por isso, acho que, do ponto de vista destes investimentos, não é só tijolo. Tijolo acho que já temos q.b., agora é estabilizar. Poderá, obviamente, haver um ou outro investimento que assim se justifique, como é o caso de Viana do Castelo que, enfim, está ali numa mudança de opções, mas tudo isto eu acho que temos um equilíbrio. Não quer dizer que não se compre mais um imóvel, ou que se faça mais uma construção, ou que se faça outra. Mas, obviamente que o investimento para nós é o investimento no serviço aos membros, que inclui edifícios para o poder desempenhar, mas também inclui os próprios serviços em si. E, portanto, este era um*

ponto importante.”-----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária retomou a sua intervenção fazendo alusão ao assunto de reinvenção, quer da profissão quer da nossa Ordem, explanado pelo Sr. Representante Carlos Nunes, assunto sobre o qual a Sr.<sup>a</sup> Bastonária deixou a sua opinião, citamos, “*reinventamo-nos todos os dias e eu devo dizer que toda a estratégia da Ordem, a estratégia deste Conselho Diretivo nestes 7 anos tem toda uma razão de ser, nada é feito por acaso. E tudo tem um pensamento comum, desde o momento em que em 2018 tomámos posse. O nosso pensamento tem sempre um objetivo final de chegarmos, e hoje podemos dizer que temos provas que temos alcançado esses objetivos (...) esta reestruturação, por exemplo, do ponto de vista dos acessos à Ordem foi algo que já esteve a ser feito, ao longo dos tempos. Mas que com muitos obstáculos da academia, ficou um bocadinho em stand-by. Depois, foi a lei que o forçou, e ainda bem que o forçou, porque eu sempre defendi este caminho.*”. Continuando, e ainda sobre o mesmo assunto, acrescentou, “*Nem todas as Ordens foram por este caminho. É porque nós acreditamos que este é o caminho. Sedimentar o futuro da profissão, o conhecimento dos profissionais. (...) E formação em ética e deontologia, que como já se disse aqui, que tem que se privilegiar, nunca existiu. Portanto, os alicerces estão a ser construídos neste momento pela base, pela estrutura, pela raiz, que é dar o que é fundamental para poder exercer a profissão. Acreditamos nisto, (...) Não foi por acaso que, de repente, mudam o estatuto e que temos um regulamento feito em poucos meses. (...) E, portanto, conseguimos ter, foi a primeira Ordem, praticamente, das que necessitaram de rever regulamentos, que teve os regulamentos aprovados num curto espaço de tempo, em funcionamento e com as novas regras de acesso. Porque tudo isto também tem um pensamento comum, tem uma estratégia (...) E esta estratégia está a ter os resultados, (...), tudo foi planeado. Em 2018, eu disse que íamos ter falta de Contabilistas Certificados. Lembro-me perfeitamente do gozo, entre aspas, que isto deu na campanha eleitoral pelas outras candidaturas. Enfim, as provas estão à vista, (...) E que hoje podemos olhar para trás, para o que conquistámos, para o que temos hoje, para o reconhecimento, para a imagem do Contabilista Certificado e dizer ‘estivemos certos’. (...) E isso é uma satisfação enorme que me dá a mim, enquanto Bastonária, e tenho a certeza que aos meus colegas do Conselho Diretivo também. Saber que cumprimos e que conseguimos aquilo que era, em termos estratégicos, essencial. E, por isso, estas questões são todas, enfim, um bocadinho discutíveis, o justo valor do Contabilista Certificado... a relação com a AT nunca será perfeita.*”. De imediato a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu-se à questão dos inventários, assunto mencionado pelo Sr. Representante Emanuel Cordeiro, concordando com a opinião do Sr. Representante, tanto quanto à importância destes nas contas das empresas, como também na dificuldade da elaboração dos mesmos em algumas atividades. Ainda sobre questões ali opinadas pelo mesmo Representante acerca das festas de Natal e da descentralização dos vários eventos promovidos pela Ordem, a

Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou que, é tudo, obviamente, possível, dependendo tão só das vontades. Quanto ao nome do encontro “insular”, esclareceu que aquele resultou de uma proposta do orçamento participativo e que o nome escolhido foi exatamente o sugerido, estando, todavia, disponível para acolher qualquer outra designação consensual e que acolha as duas regiões autónomas e, citamos, *“um nome comum, mas pronto, digam-me. Como? Atlântico? Também há mais, certo? Portugal continental também é Atlântico, certo? Mas pronto. É um nome, Emanuel. Não compliquemos aquilo que não é complicado. Mas sim, pronto, podemos pensar nisso”*. Sobre o melhorar a pesquisa das formações no site da Ordem, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária concordou quanto a tal necessidade e acrescentou, em tom de lamento, a sua opinião sobre o site da OCC do qual está dependente aquela funcionalidade, citamos, *“eu também acho que realmente não é efetivamente o ideal. Quanto ao nosso site, ó meus caros, eu já vos manifestei aqui toda a minha profunda tristeza em relação ao nosso novo site. Esteve 4 anos a ser construído. Estão a ver há bocado quando eu disse do investimento informático, as preocupações que tenho? É que fazer de novo, não sabemos se quem vai fazê-lo, vai fazer bem. E isso é só para nos dar dores de cabeça (...) O site foi exatamente isso. (...), custou-nos 600.000,00€ e, quer por erros internos da Ordem, quer por outras situações, não resultou. Não resultou, é uma porcaria e é para fazer de novo. Pronto”*. -----

Por último a Sr.<sup>a</sup> Bastonária quis deixar algumas notas, não abordadas durante as suas intervenções anteriores, relacionadas ainda com TOConline, e citamos, *“(…) também dizer-vos algo que já sabem publicamente, é público, provavelmente sabem pelos nossos grupos internos que a providência cautelar que foi interposta pela Cloudware contra a Ordem já teve duas instâncias e a Cloudware perdeu nas duas. (...) uma das coisas que era argumentada na providência cautelar era que a propriedade e o código fonte pertenciam em comum à Cloudware e à Ordem, e ficou clarificado em Tribunal que é exclusivamente da Ordem, como sempre foi. E que não havia dúvida nenhuma, mas houve a tentativa de dúvida, para nos pedir também rendimentos de royalties exageradíssimos, por todos os anos e mais alguns. Bom, mas esse assunto está encerrado. (...). E agora temos, obviamente, processos a decorrer doutra índole, diria, processual, contratual, a decorrer. (...) acho que era importante também dar-vos nota da questão da providência cautelar, já tinha partilhado convosco, mas acho que é sempre importante partilhar aqui na Assembleia de Representantes. (...) ver estes processos irem terminando é, para nós, obviamente, um alívio. Até porque já estava a ser usado, mais uma vez, politicamente, inclusivamente chegou também uma queixa ao Ministério Público, e aos grupos parlamentares, e à Assembleia da República, e ao Presidente da República, que nós não estávamos a acautelar o grande prejuízo que íamos sofrer com o facto de termos alterado o nosso fornecedor do TOConline. (...) felizmente as coisas são pensadas, são estruturadas. (...) E, por isso, o caminho é este, faz-se caminhando e continuaremos,*

*obviamente, a acreditar que as opções que tomamos são as opções que estão no caminho certo. (...), vamos apresentar contas daqui a uns tempos, em março, (...) e continuarão a não ter provisões para processos judiciais, porque eu estou convicta que tudo aquilo que levamos para Tribunal, temos a certeza de que temos, efetivamente, 100% de razão. (...) A nossa convicção é mais forte do que a existência de processos. (...).”*. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária terminou a sua intervenção agradecendo as sugestões e os comentários ali trazidos pelos Srs., Representantes, ficando os mesmos registadas para acolhimento até ao ponto que tal for possível. -----

Tendo em consideração que ninguém mais manifestou intenção de intervir, o Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Bastonária e informou que se iria proceder à votação, para tal solicitou aos Srs. Representantes que estavam a participar telematicamente para, nesse momento, acederem ao email que tinham recebido e votarem, bem como, também, de imediato, iria decorrer a votação em sala.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da MAR colocou à votação o **ponto 6** (seis) da **ordem do dia**, *Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2025*.-----

Decorrida a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 84 Srs. Representantes, tendo o **ponto 6** (seis) da **ordem do dia** sido aprovado por unanimidade, com oitenta e quatro votos a favor, sem votos contra e sem abstenções.-----

Já no âmbito do **ponto 7** (sete) da **ordem do dia**, *Leitura e votação da minuta da ata*, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Secretária Isabel Alves, para proceder à leitura da minuta da ata.-----

Colocado à votação o **ponto 7** (sete) da **ordem do dia**, *Leitura e votação da minuta da ata*, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com oitenta e quatro votos a favor, sem votos contra e sem abstenções.-----

O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu, quer aos presentes, a normalidade, urbanidade e elevação com que decorreram os trabalhos, quer a todos os colaboradores da Ordem que se envolveram diretamente na organização da reunião e, desejando um Santo Natal e um Feliz Ano Novo a todos, deu por encerrada a sessão, eram treze horas e trinta e seis minutos.-----

